



UnB – Universidade de Brasília  
Instituto de Ciências Humanas – Departamento de História  
Trabalho de Conclusão de Curso 2  
Professor: André Cabral Honor

**CARTAS À PRESIDÊNCIA**  
**AS ANGÚSTIAS DE UM BRASILEIRO NO FINAL DO GOVERNO SARNEY**

Marcos Paulo Teixeira de Almeida  
(14/0153136)

Brasília  
Dezembro de 2018

**MARCOS PAULO TEIXEIRA DE ALMEIDA**

**CARTAS À PRESIDÊNCIA**

**AS ANGÚSTIAS DE UM BRASILEIRO NO FINAL DO GOVERNO SARNEY**

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade de Brasília, sob orientação do professor Dr. André Cabral Honor como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de graduado em História.

Brasília  
Dezembro de 2018

ALMEIDA, Marcos Paulo Teixeira de.

Cartas à Presidência: As angústias de um brasileiro no final do governo Sarney- Brasília, 2018.  
51f.

Monografia (Graduação em História)- Universidade de Brasília.

Dedico esse trabalho a minha rainha e mãe  
Eva Aparecida, aquela a que tudo resistiu para  
esse dia ser possível. Amo você.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Universidade de Brasília por todas as oportunidades que obtive cursando História, por todos desafios e conquistas que contribuíram para ser quem sou hoje.

Agradeço à Banca que aceitou avaliar esse trabalho e discuti-lo de modo a contribuir para a minha formação.

Agradeço a todos os professores que me acompanharam durante essa jornada e ajudaram, direta ou indiretamente, na confecção desse trabalho, não poupando críticas e auxílios durante a minha formação, sem contar os esforços para sanar as incontáveis dúvidas.

Agradeço a todos os membros do Laboratório de História Social, em especial o professor Marcelo Balaban que tanto colaboraram na formação desse projeto, assim como os vários assuntos que indiretamente me ensinaram o que significa ser historiador.

Agradeço em especial ao meu amigo, professor e orientador André Honor que me ajudou e aconselhou das mais incontáveis formas, aquele que tanto me inspira e por quem eu tanto dediquei para que ele se orgulhe daquele que estou me tornando.

Agradeço aos meus amigos, em especial Daniel Félix, Kairo Hamã, Lucas Novais e Wanderson William por todas as descontrações em momentos tensos, pela ajuda em encontrar referências fundamentais para esse trabalho e por todo apoio.

Agradeço aos meus familiares que compreenderam os momentos em que precisei estar distante e me deram suporte durante todo esse tempo, cada um da sua maneira. Dentre esses destaco em especial meu irmão Edson Aliel, o primeiro leitor e crítico desse trabalho que tanto colaborou para o meu desejo de escrever um TCC mais acessível.

Agradeço também a Arthur Henrique, a pessoa mais incrível que sem muito esforço me motivou a ser o melhor possível para defender um país digno que você cresça nele.

Esse TCC também é de todos vocês.

## RESUMO

O presente estudo teve por objetivo analisar cinco cartas escritas por um cidadão do Estado de São Paulo para a Presidência da República no período 1988-1989, relatando suas frustrações e sugestões quanto a diversos assuntos marcantes no período, tais como: violência, Plano Cruzado, greves e sucessão presidencial, moldando o próprio conhecimento religioso, político, econômico e social, para defender aquilo em que acreditava. A pesquisa se concentrou na sistematização do relato daquele cidadão frustrado com os brasileiros e seus representantes políticos, visando a possibilidade do conhecimento acadêmico dialogar com suas inquietações e atingi-lo sem tratá-lo como alguém ingênuo que não conhece o país em que vive. Para compreender a construção daquele cidadão sobre o Brasil são destrinchadas passagens-chave em conjunto com a leitura do contexto histórico e de conceitos que ajudam a pensá-las logicamente, evidenciando um pensamento bem mais complexo por parte do autor que o atribuído àqueles que não são intelectuais de profissão. Concluiu-se que por trás de todos os elogios direcionados aos governantes e a distribuição de culpa entre inimigos abstratos, o cidadão em questão escreveu mais de 50 páginas para desabafar sobre o país que desejava, não percebendo nos representantes de então alguma competência para concretizá-lo.

**Palavras-chave:** Redemocratização; Imaginário Religioso; Cartas; Violência; Problema nacional.

## **ABSTRACT**

This is a five-letter's analysis that a native of São Paulo wrote to the Presidency of the Republic between 1988 and 1989, reporting his frustrations and suggestions on several important issues in the period, such as violence, the Cruzado Plan, strikes and presidential succession, shaping the religious, political, economic and social knowledge to defend what he believes. The research focuses on systematizing the discourse of this frustrated citizen, with Brazilians and their political leaders, with the intention that in the conclusion the academic knowledge will be able to dialogue with their concerns and reach it without treating him as a naive person who does not know about your country reality. In order to understand its construction on Brazil, key passages are unlocked together with the reading of the historical context and concepts that help to think them logically, which shows a much more complex thinking on the part of the author than that attributed to those who are not intellectuals by profession. In these terms it is concluded that behind all the praise directed to the rulers and distribution of guilt among abstract enemies, the author wrote more than fifty pages to vent on the country he wants and does not see his current political leaders with competence to realize it.

**Key-words:** Re-Democratization; Religious Imaginary; Letters; Violence; National's problems.

## SUMÁRIO

---

INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO 1: “Por que existe maldade em um país tão bom?” Os Bestas-Feras como problema nacional.....	4
CAPÍTULO 2: Os Bestas-feras como políticos: Os “genocidas por omissão” e as “oposições edificantes” enfrentam Sarney. ....	14
CAPÍTULO 3: “Deus quer monstros matando inocentes? Deus quer genocídios”: Os bandidos, os Bestas-feras e a incompetência de Sarney .....	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	34



## INTRODUÇÃO<sup>I</sup>

A Presidência da República recebe correspondências de todas as partes do Brasil, tanto de pessoas jurídicas, quanto de pessoas físicas. Para o devido tratamento da documentação em questão, foram criados vários setores, bem como arquivos responsáveis pela leitura, classificação e direcionamento desta para as autoridades de interesse pela informação. E um desses arquivos está no setor de transportes da Presidência (Coordenação de Análise Documental – CODOC), que abarca uma série documental de caráter oficial recebida do ano de 1985 até os dias atuais, e que ali permanece enquanto a demanda de solicitação pelos servidores for alta; ao término do prazo de uso recorrente tem início o processo de redirecionamento para outros arquivos e/ou responsáveis.

Para facilitar a localização das informações recorrentes, a Presidência da República atualiza a organização dos arquivos conforme as normas do Ministério do Planejamento para classificação e guarda da documentação geral<sup>II</sup>. Assim, os documentos contidos na CODOC, entre os quais, aqueles do período 1985-1990, passaram a ser revistos por estagiários contratados exclusivamente para tal, como o autor desse trabalho. No caso de cópias incompletas, documentos de décadas passadas ou setor inadequado, esses papéis perdem automaticamente a utilidade de guarda.

Diante do exposto, as cartas utilizadas na presente pesquisa se encontravam na seguinte situação: por serem datadas do período 1988-1989 e na condição de documentação não oficial e setor inadequado, seu prazo de guarda venceu no ano de 1994, pela norma arquivística atual. Anteriormente à legislação de 1995, cada setor era responsável por organizar sua documentação como considerasse viável. Assim, foi possível encontrar, junto a relatórios, pareceres e atas, que o Poder Executivo tem por responsabilidade legal receber, as correspondências de pessoas comuns enviadas para seus representantes.

Devido ao volume documental recebido diariamente, a Casa Civil da Presidência da República optou por priorizar a data de produção do documento no momento de encaixotá-lo.

---

<sup>I</sup>Neste trabalho, as notas de rodapé (no formato numérico romano – I, II, III, IV...) possuem caráter explicativo. Por outro lado, as notas de fim (no formato numérico geral – 1, 2, 3, 4...) possuem o caráter referencial. Tal estratégia foi pensada para fins de fluxo de leitura. Assim, apenas aqueles que desejam saber o local específico onde se encontra a referência irá consultá-la. Para simples conferência, nas notas de fim, também é possível encontrar versões mais percorridas das legislações ocasionalmente citadas.

<sup>II</sup>A lei em vigor que trata das responsabilidades arquivísticas quanto à responsabilidade e organização nacional é a sancionada em 1991, Lei nº 8159 de 8 de janeiro de 1991. Quanto à política de prazos para guarda, organização entre outros se sustenta no entendimento do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), em especial a Resolução nº14 de 24 de outubro de 2001. Na época de escrita deste trabalho, o Ministério do Planejamento ainda não havia sido incorporado ao Ministério da Economia, conforme a medida provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019.

Assim, em caráter inédito, ao trabalhar com a atualização da documentação oficial, o estudo em voga pode selecionar cinco cartas pessoais antes de serem encaminhadas para outros órgãos, onde elas se perderiam frente a tantas outras.

As cinco cartas escolhidas foram escritas por um paulista para o governo de José Sarney (1985-1990). Tendo sido recebidas pela Presidência da República datadas do período 1988-1990, o recorte histórico aqui utilizado foi o período de mandato do presidente supramencionado<sup>III</sup>. A parte central da análise se concentrou nos indícios contidos nas cartas, no modo como o autor articulou seus conhecimentos políticos, econômicos, religiosos e sociais, para construir a narrativa do grande problema do Brasil. Em geral, a pesquisa pode ser resumida em torno da relação e aplicabilidade dos conceitos maldade, vontade, justiça, culpa, omissão e ingenuidade.

Assim, o primeiro capítulo tratou do modo como PVP<sup>IV</sup> fez uso do conceito “maldade” como base para construir os problemas que desejou denunciar. Aqui se tem uma exploração das ideias em torno das escolhas moralmente condenáveis para entender como o autor utilizou tal artifício para distribuir a culpa entre aqueles que seriam os inimigos do Brasil. Nesse ínterim, o autor apresenta a categoria “Bestas-feras” e seus primeiros correspondentes concretos: os grevistas.

Já o segundo capítulo trabalhou a sofisticação da categoria “Bestas-feras” para abarcar os políticos desaprovados por PVP. Destacados como aqueles que nada fazem para impedir que a maldade assale o país, sendo, por vezes, até seus causadores, os políticos aqui são criticados pelo uso incorreto e insuficiente dos poderes estatais, sendo também inimigos do progresso no país.

A fim de trabalhar como se deu tal construção, analisou-se o modo como o autor tratou os prefeitos, os governadores, os ministros e o próprio presidente. O jogo de poder entre o Centrão do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, Ulysses Guimarães e José Sarney, expõe no limite os sentimentos de PVP no tangente às realizações no período da redemocratização. Aqui, o autor se mostra frustrado com a incompetência desses agentes de lidar com a maldade, ao passo que pede por um novo governante mais justo.

---

<sup>III</sup>Vale salientar que esta documentação encontrada em conjunto da documentação oficial da Casa Civil é apenas uma pequena parte de toda a correspondência que Sarney recebeu em seu mandato como amostragem, contida hoje em posse do Arquivo Nacional de Brasília. O grosso documental está na Fundação da Memória Republicana Brasileira (FMRB) do governo do Maranhão, documentação esta fornecida pelo próprio Sarney com disponibilidade gratuita e aberta ao público em geral. Para mais informações, consulte o site <http://www.fmrbr.ma.gov.br/>.

<sup>IV</sup>Para preservar a privacidade do autor e considerando que em nada interfere na análise histórica, seu nome foi aqui omitido, sendo sempre referido ou por suas iniciais (PVP) ou por uma das formas que ele mesmo se trata nas cartas (autor, pessoa comum, remetente etc.).

O terceiro capítulo do presente estudo, enfim, trata da unificação das escolhas moralmente condenáveis no conceito “Bandido” e de que modo a violência sentida nos fins da década de 1980 se relacionou com as Bestas-feras, bem como o vínculo de tais apontamentos com as críticas apresentadas pelo autor. Nesse ínterim, foi possível observar como a percepção da criminalidade foi afetada pela mídia em conjunto com os apontamentos que motivaram o elevado nível de incômodo de PVP com o assunto.

De fato, a fim de trabalhar toda a complexidade de PVP, foi preciso fazer uso de obras pensadas por filósofos, advogados, jornalistas, linguistas, economistas, biógrafos, políticos e historiadores. Apesar disso, muito ainda não foi analisado. E ainda, as cartas analisadas possuem um universo dentro de si que demonstram uma lógica consistente de interpretação da realidade, que não pode ser negligenciada e identificada como ingênua e efêmera.

Na grande obra de Saint-Exupéry, o protagonista chamado apenas de O Pequeno Príncipe, em uma etapa de sua viagem, se depara com um geógrafo que se interessa por anotar sobre vulcões, mas dispensa relatar flores. Tal geógrafo se incumbiu da missão de eternizar as memórias mais “interessantes” e decide que a flor pelo qual o príncipezinho tanto tinha apressado é efêmera e não vale uma linha na eternidade.

Assim como a flor do Pequeno Príncipe, PVP perde a sua relevância para aqueles que se interessam por monumentos chamativos de grande porte. A História acaba privilegiando nomes como José Sarney, assim como o geógrafo supramencionado privilegiou, por exemplo, os vulcões – o que evidencia que constantemente opta-se por eternizar aqueles que já estão eternizados em detrimento daqueles que estão ameaçados pelo esquecimento. Faz-se importante, então, atentar-se para suas pequenas existências, pois há uma diferença significativa entre ser efêmero (o que todos somos) e ser desnecessário (o que ninguém é).

Nesse sentido, as linhas que se seguiram decidiram deixar as montanhas em segundo plano para focar na flor que O Pequeno Príncipe tanto considera, por entender que existem muitos geógrafos contemplando a imensidão de seus dados sem que cheguem a alcançar aqueles que deveriam vê-los. Assim, se a flor é tão importante para o príncipezinho, ela deve ser tratada com tanta importância quanto os vários montes que a cercam; a flor é coberta de arrogância, mas geógrafo algum que se preze pode considerá-la desnecessária. Destarte, como historiador, narrar sobre a flor é fundamental para entender o príncipezinho; então, que se dedique uma linha da eternidade à rosa, devendo os seus leitores julgarem se sua contribuição merece ou não ser lembrada<sup>1</sup>.

## CAPÍTULO 1: “Por que existe maldade em um país tão bom?” Os Bestas-Feras como problema nacional

Vejam bem, V. Excias; temos: 1 Brasil fantástico; clima bom; povo generoso-cristão- ordeiro e patriótico. Presidente, Dr. Sarney- culto, trabalhador- Honesto, católico praticante maravilhoso; Ministros civis e militares de elevadíssimas dignidades- governadores bons e patriotas. [...] aliás um “mistério”- como se quer ser ruim- tendo todas as condições para ser bom.<sup>2</sup>

PVP inicia a primeira de suas cartas enviadas para o presidente José Sarney e demais membros do Executivo se identificando como um brasileiro comum, paulista nato, cristão verdadeiro, eleitor do PMDB Centrão, amigo e admirador, escrevendo o que chamou de “compêndio de informações preciosas”, entre o final do ano de 1988 e o final do ano de 1989<sup>V</sup>.

Preocupado com a forma que o governo tem agido em seu contexto histórico, o autor escreveu sobre as políticas públicas de modo tão íntimo que seus pensamentos transbordaram em meio aos argumentos. Respeitosamente, mas com uma dose de pessoalidade, PVP se dedicou em ponderar os acontecimentos finais da década de 1980 e os desafios que José Sarney confrontava. Mais do que isso, o paulista debateu sobre o “mistério” envolvido em torno da maldade nacional.

Em cada questão política, econômica ou social dissertada, o autor supostamente criou dicotomias fundamentais: heróis e vilões; bons e maus; santos e demônios. Aparentemente, PVP. se identificava junto de Sarney e seus aliados do lado positivo da balança. Sobre os reajustes salariais, por exemplo, ele colocou que “foi uma luta entre Deus, representado pelos **Bons** Dr. Sarney e companheiros “divinos”- homens tementes a Deus no lado de cá (LUZ), contra o Demônio representado pelos “cegos” das Trevas, os **maus**, combatendo os reajustes”<sup>3</sup>.

Desde o início, foi possível notar que PVP empregou na maldade uma noção de vontade <sup>VI</sup>. Assim, em um primeiro momento, não se discute as razões da escolha por “ser ruim”, pois, é um “mistério”. Do mesmo modo, não se nega que foi uma escolha. E seguindo

---

<sup>V</sup>As cartas que se tem conhecimento são seis, quais sejam: 1) De 15 de agosto de 1988, contendo 22 páginas; 2) De 12 de outubro de 1988, com 16 páginas; 3) De 12 de outubro de 1988, com 01 página; 4) De 17 de março de 1989, com 02 páginas; 5) De 21 de agosto de 1989, com 08 páginas; e, 6) De 18 de setembro de 1989, com 06 páginas, totalizando 55 páginas. Demais cartas não foram localizadas, sendo a segunda carta apenas conhecida pela terceira. A contagem na referência desconsiderará a segunda, culminando nas cartas 01 a 05. E como todas estão dentro da mesma caixa no Arquivo Nacional, as únicas numerações consideradas serão as do autor, sendo a mudança de carta devidamente comunicada. É preciso salientar que o presente estudo não promoveu nenhuma adaptação ortográfica nas mesmas, com exceção dos nomes próprios. Assim, após sua primeira citação, apenas foi mantida na referência o número da carta, a data de envio e a página onde se localizou o relato.

<sup>VI</sup>Nesses termos é útil trabalhar a noção de mal para Paul Ricoeur, que trabalha o mal de modo personalista, não sendo interessante procura-lo em sua essência ou origem, mas como se dá no mundo e no relacionamento de outrem. Assim, para trabalhar a ideia, aqui se tem a obra intitulada *O Mal: um desafio à Filosofia e à Teologia*, de 1988.

sua aplicação de moralidade na economia, o autor assim comenta sobre as causas da inflação: “[...] a começar [pela] FALTA de amor a Deus dos maus, já perdidos, com lugares no inferno **querem** destruir a humanidade [...]. Pecados mortíferos. Mas, Deus destruirá os MAUS”<sup>4</sup>.

PVP dá aval para a retribuição divina da maldade, para o pecado, o que Paul Ricoeur denomina mal cometido <sup>VII</sup>. Aqui, o ser, via livre arbítrio, *escolheu* não seguir o caminho moralmente justificável, mas, o caminho das tentações e, por isso, pode ser julgado. O temor a Deus aparece como importante através da precaução: a maldade é ruim por ser uma escolha que desagrada forças superiores. Dessa narrativa, o autor da carta constrói dois times, a saber: 1) Os que temem a Deus (Luz); e, 2) Os que escolheram o demônio (Trevas), conforme se segue: “Temei a Deus que depois de matar [...], tem Deus o poder de lançar (o bandido) no inferno eterno!!!”<sup>5</sup>.

Conforme o exposto, em teoria, a criação de aliados e inimigos como categorias absolutas resolve a questão, pois se constrói o argumento do inimigo como problema. Por outro lado, ao se embasar no mal cometido como vontade passível de punição, também se parte do pressuposto que somente existem duas escolhas, ou melhor, que essa tal vontade sempre escolhe o mesmo time; ou seja, os maus jamais podem escolher coisas boas e vice-versa. Em tais moldes, não se pode tratar da vontade em sentido absoluto. Apesar disso, é difícil sustentar que PVP tenha tido a intenção de aplicar a moralidade em nível tão substancial a ponto de considerar que o simples fato das pessoas serem naturalmente boas ou más tudo explica. Nesse sentido, o autor assim comenta um caso político:

Sou fan honesto do Pres. Dr. Sarney, governo carismático, culto “Estadista” magnífico, equipe de ministros civis e militares - homens veneráveis glórias do Brasil e do mundo. Acontece uma oposição infernal. Durante dois ou três anos lutaram os opositores para diminuir o mandato do presidente para quatro (4) anos! uma oposição maquiavélica e infernal, **com honrosas e centenas exceções, pois os bons estão também nas legítimas oposições edificantes.**<sup>6</sup>

Assim, se esse cristão concebe que os bons também estão nas oposições, logo não se tem aí categorias tão explícitas e restritas, depreendendo-se muito mais na concepção de maldade que a vontade individual. E ainda, partir do pressuposto que a maldade existe através da escolha pode, por exemplo, compreender que antes da preferência, tais seres poderiam ser entendidos como bons, mas corruptíveis.

---

<sup>VII</sup>“O mal cometido ou pecado o é na medida em que a pessoa o reconhece, e por isso é suscetível de julgamento. Designa o que faz da ação humana objeto de imputação, por sua vez, consiste em atribuir a um sujeito responsável uma ação suscetível de apreciação moral. Já a acusação, segundo Ricoeur, caracteriza a própria ação como violação de um código ético dominante na comunidade considerada. E, por último, a repreensão, que designa o juízo da condenação, em virtude do qual o autor da ação é declarado culpado e merece ser punido”. MACHADO, Adriane. *O mal sofrido em Paul Ricoeur*. 71 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Filosofia, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil, 2009. p.44.

Ricoeur complementa a ideia da existência do mal cometido com o conceito de mal sofrido se concentrando no caso bíblico de Jó<sup>VIII</sup>. Nesse caso, não foi a escolha de determinadas ações que resultaram na retribuição e punições divinas na forma de castigos, mas sim, a argumentação de Satã. Logo, existe a escolha das pessoas, mas também há fatores alheios a essa escolha. Nas palavras de PVP: “Nascemos para amar e servir a Deus; e depois, de cumprirmos nossos anos na terra; vimos para o céu eterno. Todavia; os MAUS em todas as gerações **escolhem** o caminho anti-Deus para servirem o “pai” deles: O DEMÔNIO”<sup>7</sup>.

O autor permanece com a argumentação da escolha, mas sofisticada dizendo que o motivo, antes de qualquer outro, é a influência do demônio. Aqui se tem o retorno da dicotomia luz contra trevas, mas com outra face. O problema não se constitui no campo do simbólico, mas na materialidade dos contemporâneos de PVP que escolheram o caminho “anti-Deus” e afeta diretamente sua vida. Assim, mostra-se claramente que o papel de derrotar Satã pertence a Deus, mas que ele deseja que o governo arrume formas eficazes de lidar com esses que “em todas as gerações escolheram o de servir o demônio” – os denominados “Bestas-feras”.

Segundo o dicionário de língua portuguesa Michaelis<sup>IX</sup>, Besta-fera é um animal feroz, que se nutre da carne de outras bestas. É uma criatura mítica do folclore português que representa o maligno entre os malignos. Ela aparece, por exemplo, na tradução de Américo da Costa Ramalho de um dos quatro epigramas de Cataldo (escrito por volta do século XVI) da expressão em latim *mala belua*.<sup>8</sup> Outra aplicação pelos portugueses pode ser encontrada nos escritos de José Ferreira: os símiles no Eurico, o presbítero de Herculano, em que descreve “o Sália precipitava-se como uma **besta-fera** raivosa e, impaciente na sua soberba, arrancava os penedos, aluía as raízes das árvores seculares, carreava as terras e rebramia com som medonho, até chegar às planícies, onde o solo o não comprimia”<sup>9</sup>. Em sentido figurado, o dicionário supramencionado aponta que pode significar “pessoa selvagem ou sanguinária; cruel, desumano”<sup>10</sup>.

Conforme Luciano Santos, essa mitologia portuguesa chega ao terreno brasileiro e é incorporada e ressignificada em novos contextos, principalmente, ao se recontar as “profecias

---

<sup>VIII</sup>“Podemos caracterizar o mal sofrido, ou sofrimento, pelos traços contrários ao mal cometido. O mal não possui agente causador, na medida em que o sofrimento nos interpela, nos atingindo indiscriminadamente. [...] Numa hermenêutica dos símbolos e dos mitos, traz de maneira intrínseca a mistura de sentimento de vítima e de culpa, e as experiências de culpabilidade encerram o sentido de ter sido seduzido por forças superiores, levando a vítima a considerar seu sofrimento uma punição merecida.” MACHADO, 2009. p.44-45.

<sup>IX</sup> Os dicionários de língua portuguesa em que apareceu a expressão foram o Aulete, Priberam e o Michaelis. Escolheu-se a definição do último por ser a mais completa. Ver: MICHAELIS- *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em: 13 nov. 2018.

apocalípticas” dos livros bíblicos<sup>11</sup>, sendo a parte mais referenciada o Apocalipse 13, em que se descreve “a fera”.

Raymundo Maués afirma que “a figura bíblica da Besta Fera está mais presente no Nordeste e, talvez, mais fortemente ainda, no setor nordestino”. Diversos trabalhos realizados na região vão ao encontro desse ponto, como, por exemplo, em Regina Novaes (1997), Martins (1981), Sigaud (1979), Musumeci (1988) e Velho (1995)<sup>12</sup>.

Otávio Guilherme Velho em seu trabalho de campo na região de Marabá, Pará, menciona um boato em que o presidente (o ditador Médici), em 1969, seria um “Enviado da Besta-fera”; e ainda, que: “A Besta-Fera pode ser identificada com os ricos, o governo e em alguns casos com estrangeiros”<sup>13</sup>.

Pouco tempo antes, (1995) havia publicado um livro que se tornaria referência para o estudo do termo, intitulado *Besta-Fera: recriação do Mundo*, onde trabalha mais detalhadamente o imaginário em torno de Besta-fera e suas múltiplas formas<sup>14</sup>.

Nunca, de modo positivo, o folclore em torno de Besta-fera se constitui ora como os servos do demônio, ora como o próprio demônio. Ele aparece como presságio de situações apocalípticas na mente daqueles que entendem tal conceito como maligno. É um ser que aparece no corpo de ingênuos que se deixaram enganar, em pessoas pobres querendo ascender e em ricos que querem se manter; estrangeiros ou mesmo o presidente. Ninguém está a salvo de adentrar no conceito em questão. A partir daí se tem uma análise de como esse conceito foi adaptado pelo autor da carta há muitos quilômetros de distância do sertão nordestino nos fins da década de 1980.

A primeira definição desses seres mitológicos é com algum grau de familiarização com o demônio, como é possível observar nas seguintes colocações: “Infinitas vezes morrer inocente com Deus que morrer culpado com o Diabo. pois o Diabo é o pai dos ‘animais’ e Bestas-Feras”<sup>15</sup>; e, “[...] ao meu ver os ‘bestas feras’ são doentes mentais possessos dos demônios, pelos ‘mistérios’ de tendências de fazerem o MAL.”<sup>16</sup>

Concomitantemente, tais seres captam a essência de maldade constituída por PVP, do plano simbólico para o real na forma de inimigo a ser derrotado. Esses são os seres que possuem carne e osso que estão atrapalhando as políticas públicas, “infernizando” a vida daqueles que não foram corrompidos “graças a Deus”. Assim, os Bestas-feras aparecem, principalmente, como seres maus, desumanizados.

Uma das marcantes diferenças observadas em comparação aos trabalhos realizados no Nordeste é a quantificação. Seja Otávio Velho ou Regina Novaes, os trabalhos discorrem sobre o termo “Besta-fera” ser um dos nomes bíblicos do Satanás e por isso, sempre

empregado no singular – somente existe um –, mas assume várias formas. PVP, por outro lado, em todas as passagens faz uso do plural “Bestas-feras”, como uma categoria, complexificando o termo. Mesmo que, por vezes, confundido com o próprio diabo, ao refletir sobre os Bestas-feras como concepção de maldade, o mais comum é aparecer algum grau de parentesco com a entidade demoníaca para que, assim, os humanos possam fazer algo a respeito. Em sua construção, Deus tem o papel de derrotar Satanás e, os humanos, por outro lado, derrotam seus súditos.

Para PVP, a questão do pós-vida é deixada para Deus, enquanto a questão da vida é consentida a José Sarney. Nesse sentido, a capacidade dos “servos do demônio” poder corromper pessoas “boas” contribui para explicar a existência do mal na humanidade, além de justificar uma cobrança moral de eficiência do governo. Assim, identificar os Bestas-feras entre tantos cidadãos bons pode ser complicado. Então, PVP tenta localizá-los entre atos supostamente maldosos.

A primeira associação como Bestas-feras são os grevistas, estritamente ligados aos anarquistas, conforme se segue “Todos estão satisfeitos com os reajustes. Acontece que isto não é bom para os diabólicos, para os anarquistas profissionais que querem greves e mais greves, para desestabilizar o Brasil e haver “crises” e o povo sofrer, sem casa- pão e alimento.”<sup>17</sup>. Aqui se tem uma construção não necessariamente dicotômica entre apoiadores e opositores, mas posições políticas que configuram algum problema, ou seja, todos estão satisfeitos, menos aquele grupo: os diabólicos. Assim, para servir ao demônio, os Bestas-feras criam greves por gostarem do caos, como anarquistas profissionais, personificando o conceito em torno do setor grevista. Estes, devido à interrupção da prestação de serviços, fazem com que a associação com a desordem seja quase imediata, ainda mais no nível em que as greves ocorriam no período.

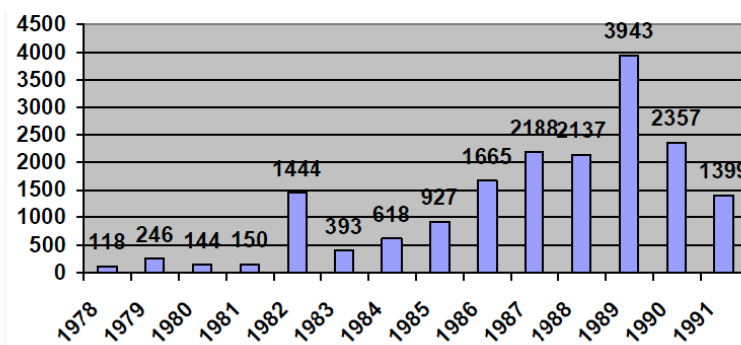
A história da greve no Brasil como forma de luta é tão antiga quanto à República. Mesmo assim, apenas após o fim do Estado Novo, nos ditames de 1946, a legislação sobre a ação de greve ganhou outro espaço que não o Código Penal – CP – Decreto-Lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940<sup>18</sup>.

Com a mudança jurídica da ditadura militar em 1967 e 1969, a Lei garantiu a ação como direito, mas como Flávio Dino pontua, mais pareceu uma “legislação antigreve”<sup>19</sup>. Tal legislação tratava do movimento de modo fictício, mas foi utilizada até as novas diretrizes da Constituição Federal – CF de 1988 e da Lei n. 7.783, de 28 de junho de 1989.

O incômodo de PVP com os grevistas – que permitiu a identificação de seus membros como diabólicos – foi intensificado pelo número de greves que ocorreram na época. Mesmo



ilegalmente, a Central Única dos Trabalhadores – CUT as fomentou exponencialmente no decorrer da década de 1980, como resposta aos longos anos de arrocho salarial vivenciado pelo setor trabalhista, além do clima de mudanças com o fim da Ditadura, com as devidas reivindicações. Culminando no período 1988-1989, as greves atingiram proporções inigualáveis, conforme se observa no Gráfico 1, a seguir, que evidencia as greves no Brasil no período 1978-1991.



Fonte: NORONHA, E. (e outros). "Mundo do trabalho: crise e mudança no fim do século". São Paulo, Scritta, 1994, in: Marcelo Badaró Mattos, "As greves na trajetória da classe trabalhadora brasileira", IV Jornadas do GT Mundos do Trabalho, outubro 2007 – RS.

Os números em questão servem apenas para visualizar a dimensão do conflito. Sobre a questão, David Maciel aponta que, “em 1984 foram perdidas 14 milhões de jornadas de trabalho, ao passo que em 1985 foram 76,6 milhões [...] particularmente [de] assalariados de classe média e trabalhadores de base”<sup>20</sup>. E ainda, no ano de 1988, perderam-se 88,5 milhões, enquanto que no ano de 1989, foram mais de 246,4 milhões. Mesmo na ilegalidade, estima-se que 189 milhões foram apenas do setor público<sup>21</sup>.

É certo que o incômodo que as greves causavam não passava despercebido. Apesar disso, seria errôneo supor que são “minorias que desejam o caos”, ou mesmo que “todos estão satisfeitos”. Mais de 20 milhões não é um número irrisório<sup>22</sup>. E da forma como PVP aborda seu incômodo, certamente se esperava que o governo fizesse algo a respeito, o que, de fato, fazia.

Diante das greves, o governo agiu de forma autocrática, defendendo o respeito às leis herdadas do regime anterior, fazendo uso dos mecanismos repressivos ao seu dispor e chantageando as forças de oposição contra a ameaça de retrocesso, como a nota emitida pelos ministros militares em maio indica claramente.<sup>23</sup>

Apesar de tais medidas, as greves apenas no período 1983-1989. Nesse ínterim, PVP, certamente passa o aval positivo a Sarney pela repressão no seu governo após entender que não há justiça nas greves em questão, pois, o governo já fez o reajuste que podia, sendo que o aumento do número de greves se dava pelo gosto do caos, conforme se segue: “[...] já com sábias providências e diretrizes- o governo- faz e (decretou) reajustes mensais pela inflação dos trabalhadores, não há não legalidade para greves”<sup>24</sup>.

Seria equivocado que o autor das cartas aqui analisadas estivesse incomodado com os mais de 20 milhões de grevistas, assim como impropriedade que o governo lidasse com todos, por mais desconfortável que se sentisse perante o setor geral. Assim, é razoável pressupor PVP conceba apenas um dado segmento de grevistas como “os Bestas-feras que querem apenas o caos”, devido ao fato de o governo poder fazer algo para retirar a razão da greve. Nesse sentido, se do reajuste, não é mais direito, mas sim, caos. O caso dos metalúrgicos no ano de 1985, por exemplo, bem ilustra a questão: “Metalúrgicos, ganham relativamente bem; e não sou contra ninguém. [...]; porém greves deles--metalurgias-siderurgicas-etc.; atinge somente eles.”<sup>25</sup> E mesmo que o autor não faça a conexão desse momento como gatilho das greves seguintes, ele concebe a greve como um direito de reivindicação, principalmente, por não interromperem os serviços públicos. E ainda, no caso dos serviços privados, PVP até se sensibiliza, conforme se segue:

[...] os salários dos comerciários [...] são baixíssimos; e ésa não podem fazer greves. Aquí. é uma verdade reconhecida, em bares, padarias, etc.; muitos empregados, nem registrados, são; e, se reclamam; são demitidos--notadamente “migrantes”—população “flutuante”; e é muito difícil isso se regularizar; isto é; registros, em carteiras<sup>26</sup>

Tem-se uma abordagem mais enfática e menos solidária quando se trata de greve em um serviço público, como, por exemplo, o transporte, conforme se segue:

A grande miséria--“vergonha d’uma nação”; é que-aqui-pelo menos.. a C.M.T.C. (ônibus)- tem o poder absoluto; de parar a cidade; tantas vezes quiserem; retirando os ônibus da circulação; e pára a nossa cidade; é o “terror”-- a anarquia pois -outras empresas paralisam- **lares, que querem trabalhar; são impetidas**, por “anarquistas.[...] se ‘caso a “LUZ” elétrica aderisse; seria o “caos”- o terror. [...]“O Metrô-- é patrimônio nacional-do povo brasileiro- de S.Paulo: e não propriedade privada de anarquistas”<sup>27</sup>

Ou no caso da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT (Correios), conforme se segue:

[...]Então; de maneira concreta, com FURIA SATANIA praticam; em grupos organizados- [criam o caos], [...] **não deixando os bons; fazerem o bem** com mentiras e infâmias; negam a “verdade”; que vem de Deus, a “verdade”- Enganam o povo, fazem aumentos extorsivos; organizam greves bárbaras, como agora greve dos “correios” em São Paulo!!! ESTUPIDEZ!!!<sup>28</sup>

Diante do exposto, a grande diferença entre os servidores da metalurgia ou comércio em comparação ao transporte ou Correios é a área de impacto da paralisação. Os primeiros atingem “somente eles”, enquanto os segundos “impedem os outros de trabalhar e criam o caos”. É razoável supor que o autor coloca que não deixar os bons fazerem o bem se aplica a dois casos contra esse setor de grevistas: o povo de ir trabalhar e o governo de fazer políticas públicas. Por fim, nota-se que esses grevistas não são o povo, mas cruéis Bestas-feras, desumanos.

A capacidade de o transporte parar a cidade, bem como os serviços de energia elétrica e a saúde, faz com que tais atividades sejam aquelas que mais afetam o país quando paralisados. As legislações anteriores ao ano de 1988 classificam essas atividades como essenciais e, por isso, proibidas de fazerem greve. Mesmo assim, no ano de 1988, pelo menos 60% das greves eram do serviço público<sup>29</sup>.

Assim, é possível afirmar que, no plano material, os Bestas-feras foram interpretados como os grevistas de setores essenciais. Tem-se aí o inimigo que o governo deve derrotar para o país prosperar. De modo prático, PVP deixou de se preocupar com o mal das greves e com o demônio ao deixar tudo para depois “Deus punir com o inferno eterno”, querendo apenas que o governo lide com esse mal que está o atrapalhando diretamente nos serviços de base. A solução recomendada pelo autor das cartas aqui analisadas para controlar os setores essenciais deveria ser administrada via opressão e legislação.

PVP deve ter imaginado o caos que geraria caso tais setores ganhassem o direito de greve que, estando na ilegalidade, eram tão pulsantes. Nesse ínterim, se José Sarney perdesse a luta e não pudesse mais oprimir as greves, que se tornaram legais, a anarquia total seria instalada. Por isso, o único assunto onde o autor faz menção à Assembleia Nacional Constituinte – ANC de 1987/1988 é a greve nos setores essenciais. Assim, “alguns setores viciados da constituinte quer institucionalizar os monstruosos crimes de greves e em serviços públicos essenciais: luz- água- ônibus- etc”<sup>30</sup>.

Mais uma vez, o problema se complexifica. Os Bestas-feras não estão apenas na categoria de subalternos fazendo greves. Nesse momento, eles possuem poder o suficiente para adentrar a ANC e legalizar a greve. “Vejam a que ponto de maldade- dos destas feras e chegam e de quererem legalizar as greves injustas e maldosas de serviços essenciais- públicos- metrô- ônibus- gás- água- etc-“<sup>31</sup>. Aqui se mostram interessantes algumas observações superficiais sobre o debate por trás dos serviços essenciais na ANC.

O direito de greve ali ingressou como pauta em duas comissões temáticas, a saber: 1) Comissão da Ordem Social; e, 2) Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Na primeira, a discussão foi concentrada na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, enquanto, na segunda, se concentrou em duas subcomissões (Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, e Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias). Após discussões e acordos, a Comissão de Sistematização unificou a questão em um projeto para ser votado em Plenário, encerrando os pontos e promover a Lei vigente<sup>32</sup>.

A ideia principal que permeou todo o debate da legislação grevista foi não permitir que se tornasse “letra morta”. Como lembrou a constituinte Max Rorenmann (PMDB-PR): “[...] no Brasil, temos sentido ao longo dos anos, principalmente nos últimos anos, que, independente de haver regulamentos, leis, que proíbam a prática de greve, ela vem ocorrendo, até mesmo em atividades essenciais”<sup>33</sup>. Assim, as subcomissões não somente se encarregaram de dirigir os principais debates e inquietações, bem como fizeram uso de audiências públicas para alargar o debate e tornar a discussão mais plural.

A Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores públicos, até a 21ª reunião, tinha recebido 1394 sugestões de normas constitucionais, configurando-se como aquela que mais recebeu propostas<sup>34</sup>. Presidida por Geraldo Campos (PMDB-DF) e tendo como relator Mário Lima (PMDB-BA), a Subcomissão tratou, principalmente, em delimitar se a Lei ofertaria mais liberdade para os trabalhadores decidirem ou se seria regulado.

Como destacou Ronan Tito (PMDB-MG): “Fui Secretário do Trabalho dois anos [...]. Quando começou o estado democrático, pipocou greve para todos os lados, mas eu, com toda a sinceridade não vi uma greve que não tinha razão de ser. [...] acho que o nosso trabalhador está bastante adulto. Não se venha aqui requerer tutelar o trabalhador.”<sup>35</sup>

Questões como, por exemplo, a colocação de frases como “independente da lei ou de acordo com a lei” debatem essa tutela, assim como a “e a todos os demais” nos termos de quem poderia fazer greve. Antes de ir para a Comissão da Ordem Social, o texto garantiu o direito de greve para todos, inclusive, aos setores essenciais, mas seguiria com regulações e limites.

A Comissão da Ordem Social tinha como presidente Edme Tavares (PFL-PB) e, como relator, Almir Gabriel (PMDB-PA). Ela basicamente reduziu grande parte dos ganhos descritivos dos direitos, mas transferiu para o trabalhador o papel de definir quando e porque deflagrar greve. O texto se tornou amplo, mas, o direito dos setores essenciais de deflagrarem greve permaneceu. A exigência de quórum mínimo e o impedimento de greves políticas desapareciam, mas, o aviso prévio e a fiscalização do Ministério do Trabalho podendo deflagrar como ilegal virou os pontos de debates mais exaltados, dignos de destaques nas reuniões<sup>36</sup>.

Antes de ir para a Comissão de Sistematização, é preciso destacar os principais debates da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher e suas duas subcomissões. Presidida por Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) e tendo como relator

Lysâneas Maciel (PDT-RJ), no debate foi basicamente foi acrescentado as normas de abuso da Lei, além da estabilidade no emprego para os grevistas<sup>37</sup>.

De certo modo, ao se chegar à Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM) ignorou boa parte do texto produzido nas Comissões temáticas com seu Substitutivo, inclusive, os pontos aprovados por unanimidade, que ficou conhecido como anteprojeto Cabral 1. Como comenta o constituinte, Paulo Paim (PT-RS).

[...]a posição do Sr. Relator dessa Comissão, Constituinte Bernardo Cabral, fere e desrespeita tudo aquilo que foi discutido na Subcomissão [...]. Questões como estabilidade, quarenta horas semanais de trabalho, direito de greve, aposentadoria para o homem e para a mulher, tanto no campo como na cidade, respeitando o tempo de serviço e não a idade, **foram aprovadas por unanimidade**. [...]No meu entendimento, esse relatório apresentado é fruto do *lobby* do capital, dos latifundiários e dos grandes empresários. Ele não representa em nada os interesses da classe trabalhadora<sup>38</sup>.

Como é perceptível no relato de Paulo Paim, Cabral respondeu não comparecendo a diversas reuniões, e seu grupo de relatores se reunia fora do Congresso<sup>39</sup>. Apenas após acordos entre os líderes partidários com Cabral e o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães (PMDB-SP) para elaborarem o anteprojeto Cabral 2, é que os conflitos reduziram<sup>40</sup>.

No plenário, a disputa garantiu o direito de greve dos serviços essenciais, permaneceu a permissão da liberdade de deflagração dos trabalhadores e a cautela pelos abusos, mas grande parte dos ganhos no debate, inclusive, dos serviços que seriam considerados indispensáveis, ficava para ser debatido em um ditame menor, que posteriormente seria a Lei da Greve – Lei n. 7.783/1989 – do relator Ronan Tito. Assim, pontos como, por exemplo, adicional noturno, seguro desemprego, piso salarial, gratificação natalina, duração laboral, entre outros, que não foram focados, mas foram discutidos nas Comissões, ficaram em segundo plano ou diminuídos no texto final.

No fim, a Lei acabou sendo um avanço em comparação à anterior, com os setores essenciais podendo fazer greve e os trabalhadores decidindo quando e porque fazê-la. A principal perda ficou na delimitação de abuso destacado por Luiz Inácio Lula da Silva (PT-SP)<sup>41</sup>, pois grande parte dos direitos, inclusive, o de estabilidade, poderiam ser retirados caso o Ministério do Trabalho declarasse abusiva. Mesmo os trabalhadores conquistando o direito de quando deflagrá-las, as penalidades e o desgaste político foi alto.

No conflito em questão vale destacar a participação dos envolvidos. O PMDB possuía praticamente todas as cadeiras principais de presidente e relator do debate grevista. Era o partido de José Sarney e de figuras-chave como, por exemplo, Ulisses Guimarães e Bernardo Cabral. E o próprio idealizador da sintetização que resultou no Cabral 1, Olavo Pires, também

era filiado àquele partido. No ano seguinte, o relator da Lei de Greve foi também do PMDB: Ronan Tito.

Os principais avanços e retrocessos no texto da Lei se deram, em grande parte, dentro do próprio PMDB. No debate acalorado para lograr o fechamento de garantias fundamentais, na resistência em deixar alguns termos, na mudança com o Substitutivo e nos acordos para resgatar direitos, o PMDB estava no centro do conflito. Assim, se os Bestas-feras também são os monstros que lograram legalizar a greve, logo, o partido mais homenageado pelo autor não apenas está incluso, mas é o principal responsável.

O PMDB passou toda redemocratização com crise identitária. Deixando de ser oposição à Ditadura Militar para ser base governista, seus mandos centrais ficaram divididos. Como partido de maior bancada, o poder era significativo na redemocratização, o que motivou Sarney e Ulysses a disputarem constantemente o seu controle. Nesse período, aquele partido teve momentos de glória – com as eleições estaduais de 1986<sup>42</sup> – e de ruptura – com a criação do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, em 1988. Tal situação afetou o que a legenda do PMDB era e também o que chegou a ser.

Diante do exposto, as linhas que se seguem buscaram analisar o modo como PVP entendeu o PMDB e seus principais nomes, bem como a classe política em geral. Ele se identificou como “eleitor PMDB Centrão”, sendo o cenário outrora apresentado algo fundamental para que o Poder Executivo brasileiro entenda a sua resolução para os problemas nacionais.

## **CAPÍTULO 2: Os Bestas-feras como políticos: os “genocidas por omissão” e as “oposições edificantes” enfrentam Sarney.**

[...]há os mafiosos, os maus, as “Bestas-Feras” e um “mistério”- como se é ruim, malvado, genocídio- por omissão- por embarçar a grande administração do atual presidente- no passado os mesmos tipos infernais faziam oposição sistemática aos ex-presidentes Estadistas Vargas- Dutra- J.K- Geisel- Figueiredo isso é só um segmento lado político, os maus políticos<sup>43</sup>.

Poucas páginas após apresentar os Bestas-feras como a maldade e ligá-los aos grevistas, PVP incorpora o mau político no conceito e complexifica o “mistério” apresentado. Sua identificação entre os populares cede espaço para a organização maligna no poder que deve ser combatida. Destarte, uma análise dessa outra roupagem que os criadores dos problemas nacionais fazem uso tornou-se o foco do presente capítulo.

A princípio, vale destacar o modo como PVP agrega a categoria “Bestas-feras”. Ao escrever “mesmos tipos infernais”, o autor reitera ser um mal equivalente àqueles supramencionados nos setores populares, apenas em outro incômodo molde. Em seguida, deixa claro que são formatos há muito tempo percebidos na história do Brasil. Nesse sentido, qualquer que sejam os políticos que embarçam a Administração Pública, eles assim agem muito antes de Sarney como oposição ao que ele chamou de governos “Estadistas”.

Diferente dos grevistas, os políticos são construídos com perfil mais organizado, como sinaliza o termo “oposição sistemática”. Ainda associados ao caos e à desordem – sentido pressuposto na concepção de Bestas-feras – o anarquismo se relaciona mais com as lideranças do que com o perfil manipulado, como se esses fossem os reais orquestradores dos problemas. Desse modo, a sagacidade para se chegar ao poder é suficiente para PVP conceber tal segmento com mais articulação; ou seja, a ignorância do povo comum é substituída por mentiras, manipulação, além de descaso com a palavra de Deus.

As crises no Brasil são forjadas para os exploradores ficarem ricos! e os pobres cada dia mais pobres. As oposições são fingidas e hipócritas sabem que V. Excia- Presidente e ministros são homens bons de Deus, cultos e honestos, porém querem anarquistas, pois PAZ CRISTÃ! não serve para os MAUS! praticarem “genocídios” por omissões!!! os opositores travando o progresso!<sup>44</sup>

O conceito “genocida por omissão” é exclusivamente ligado ao setor político e permite a PVP identificar e relacionar seus conceitos cristãos com os conceitos políticos. Assim, o bom cidadão partidário de Deus é apenas aquele que o autor enaltece como tal, pois, mesmo se determinado político não puder ser identificado em um ato maligno sendo “anti-Deus”, ele ainda pode ser caracterizado como mau, de modo passivo, porém, igualmente condenável na categoria Besta-fera. A conveniência em questão também permite ao autor das cartas considerar os “genocidas por omissão” constantemente ligados aos opositores do

desenvolvimento. O progresso, em seus termos, é seguir a paz de Deus. O discurso religioso e político se retroalimentam em torno de conceitos-chave – aqui traduzidos em progresso e paz.

Quando PVP narra sobre a maldade de modo orquestrado, planejado ou administrado por essa oposição, em todas as passagens, ele grifa o termo “genocídio por omissão”. Dado o contexto utilizado, a ligação mais direta é a omissão desses Bestas-feras no modo de deixar de fazer o bem. Aqui vale destacar que a crença cristã entende a ação de omitir como uma espécie de pecado (determinado indivíduo está em posição de ajudar e escolhe não fazê-lo, por exemplo). Nesse ínterim, ao invés de apoiar o governo em políticas apropriadas, tais políticos fazem justamente o oposto, ou seja, criam crises ao esconder produtos ou aprovar leis contra o povo de Deus, motivando o pobre trabalhador ingênuo à desordem, sendo manipulado. Assim, os governantes matam – não diretamente – ao não ajudar o povo e permitindo que os pobres se matem; eles são os orquestradores. A omissão resulta, então, em uma espécie de genocídio do brasileiro bom, patriota e trabalhador.

Por outro lado, mas não excludente, também é possível entender o termo “genocídio por omissão” em seu sentido clássico. Aqui, PVP pode estar criticando a falta de ação dos políticos em geral, que se configuram nos omissos, que nada fazem, ao invés de apenas daqueles que escolheram ser oposição e servir o demônio. Nesses termos, o autor pode estar querendo dizer que aqueles que agem pelo mal e os que deixam de fazer o bem são, em certo nível, igualmente responsáveis pelos problemas do Brasil.

Para termos práticos, a citação a seguir evidencia como PVP se dirige aos políticos em cada caso:

Logo muitos bandos de “bandidos” políticos talvez alguns piores aqui nosso- de nosso S.P., instigam telequiam o “povo[...]. São os mesmos anarquistas maquiavélicos que tudo fazem para destruírem com mentiras e infâmias, a administração pacífica e colossal de nosso grande e modesto (sem orgulho) Presidente Dr. José Sarney: e equipe colossal de ministros- civis e militares<sup>45</sup>.

Os políticos atacados por PVP de forma mais direta são aqueles que representam o Estado de São Paulo – SP. Em primeira análise, José Sarney possui um plano guiado por Deus para salvar o país, mas, os Estados não colaboram e o plano nacional é sabotado, acarretando em diversos problemas para o governo e, consequentemente, para a nação. Nesse sentido, o mal se faz mais presente nos setores mais baixos do governo, nas bases mais próximas do povo e de mais fácil “influência”. Aqui, o autor ataca especificamente o governador de SP, Franco Montoro (PMDB/PSDB-SP<sup>46</sup>) e o prefeito da capital paulista, Jânio Quadros (PTB-SP).

O contexto histórico que PVP faz menção daqueles mandatários é o fim dos acordos no congelamento de preços, por volta do ano de 1987. Para aquele eleitor paulista, tudo ia dar



certo até Jânio Quadros decidir que o setor dos transportes poderia aumentar o preço dos serviços prestados. A tese aponta o prefeito em questão como sendo oposição, um mau político após negar a “fé” no governo central, conforme se segue:

Acontece que um segmento maquiavélico representando, imagino, inconscientemente, oposições, negaram entusiasmo, “fé” em cooperarem com o Governo Central (Presidência). Começou com o prefeito Dr. Janio autorizando aumento nos taxis quando tudo estava congelado. Depois aumentou ônibus e irrisoriamente o Dr Ministro do Trabalho, na época, veio conferenciar com o Dr. Janio para anular o aumento nos ônibus, imagine só!! Poderes paralelos? Desobediente aos decretos Federais?<sup>47</sup>

Na análise do autor das cartas, Jânio Quadros carrega o peso do início do fracasso do Plano Cruzado I na cidade de São Paulo, após desobedecer a Presidência da República. A oposição está definida como os baixos escalões dos governantes que inexplicavelmente decidiram fazer o mal – resultado de uma escolha individual. Aqui, os ministros tentaram fazer algo, mas, o dano era irreversível e já se espalhava por todo o estado.

“Veio logo em seguida a rasteira de Dr. Andrezinho (Montoro) reajustando sorrasteiramente, com artifício de prestidigitador, os salários dos servidores estaduais, [Camur] em promoções”<sup>48</sup>. O autor da primeira página que dizia “difícil, quase impossível, citar um governador ruim, atual, no Brasil”<sup>49</sup> na Carta 1, parece ter sumido completamente para ser substituído por sérias críticas quanto às lideranças de seu próprio estado.

O argumento geral se volta para a relação governo central-governo local. Os demais agentes sociais (grevistas e empresários, por exemplo) são entendidos como resposta ao conflito em questão, conforme se segue: “Impossível, assim, um Plano Federal subsistir sem os Estados Obedecerem”<sup>50</sup>. Aqui, PVP demonstra desconforto com a existência de poderes paralelos, principalmente, porque o Estado em si deveria ser algo divino.

Para que a harmonia seja mantida, o autor das cartas opta por defender os conflitos internos entre supostos aliados como resultado de desconhecimento ou falta de diálogo em relação ao Primeiro Escalão do governo, que geraria uma oposição “inconsciente”. Nessa construção, PVP transfere as razões dos problemas nacionais para as falhas de comunicações e os excessos dos governantes locais. Entretanto, tal relutância logo desaparece, sendo que o papel que José Sarney e seus aliados teriam no processo ganha outro molde.

Na visão daquele autor, tal situação somente se deu porque o Governo Federal aumentou o período de ajustes no congelamento – política adotada no Plano Cruzado II. Desconhecendo as consequências que longos períodos de congelamento acarretam e a necessidade de uma desindexação da economia, PVP tece, então, diversas sugestões, decidido a mostrar os erros do governo central. Assim, Jânio Quadros somente gerou o caos porque

José Sarney disponibilizou um prazo muito longo de ajuste, mediante o aviso do eleitor que se segue:

Drs. Jânio e Montoro quebraram o “tabu” do plano. Certo- certíssimo PLANO- na essência brutalmente fazendo aumentos a revelia. A REVELIA do Governo, conservar publicamente Dr. Montoro? Cadê? a vantagem nisso? Se (caso) um ano de congelamento seria “FICCCÇÃO” um ano no [dois]? **O exemplo tem de vir de cima**<sup>51</sup>.

É nos moldes em questão que PVP apresenta os primeiros indícios de descontentamento e críticas a José Sarney. O exemplo, então, teria que vir de cima. E talvez os genocidas, por omissão, estejam ainda mais acima do que uma oposição parlamentar. Assim, com uma abordagem cada vez mais incisiva conforme desenvolve o argumento, o autor das cartas substitui o “desconhecimento” por negligência do governo central, conforme e segue: “Se (caso) as autoridades de Brasília não sentiram tal golpe ou não, ficaram calados, **absorvendo** o golpe e desmoralização do plano cruzado”<sup>52</sup>.

Aquele eleitor paulista, em meio a tantos elogios do governo, em seu ponto mais sensível, caracteriza as autoridades como omissas. Parece certo que PVP concebe seu desconforto para instâncias acima do governo local, restando entender qual seria o exato desconforto. Aqui vale destacar que os apoiadores de José Sarney do alto escalão espalhados por entre as cartas e passagens aparecem, por vezes, como “santos” ou “pacificadores”.

A principal razão de tal construção é o próprio entendimento do autor das cartas em quanto à política de congelamento. É uma política boa e santa – o julgamento moralmente religioso parte desse ponto político. Nesse sentido, aqueles que são contra também estão contra Deus. Os reajustes salariais e o tempo de mandato de José Sarney também funcionaram dessa maneira. Aqui, o problema aparece quando os sujeitos envolvidos mudam de lado dependendo da situação, exigindo alguma manobra conceitual para lidar com a oposição do que demonizá-la completamente.

Segundo PVP, os opositores agem frequentemente como “infernais” e “genocidas por omissão”. Entre eles há um conceito relativizado: “devidas oposições edificantes”, que merece mais atenção. Aqui, não caracterizar os sujeitos permanentemente como bons ou maus se torna algo útil. A questão da possibilidade da corrupção humana favorece tal ampliação conceitual, de modo que outrem, antes localizado na categoria dos bons, possa entrar (ou estar) em algum momento entre os maus. Assim, o autor das cartas pode olhar para cada suporte governamental de Sarney e julgá-lo moralmente, conforme a política adotada. A casuística aqui se torna fundamental para criticar ou elogiar, como se percebe em cada momento de sustentação do mandatário supramencionado.

O apoio mais considerável recebido por Sarney advinha dos militares. Sobre a questão, David Maciel observa que o período de redemocratização teve forte interferência das Forças Armadas, a ponto de diversos autores trabalharem com o conceito de “tutela militar”<sup>53</sup>. Além da participação ativa no governo através de cargos nos ministérios, os generais tiveram grande impacto na ANC. Nesse sentido, quanto mais instável o presidente se encontrava perante suas bases, mais ele cedia aos interesses militares para se sustentar.

Para PVP, tal apoio era natural e necessário. Como os defensores da paz, ordem e justiça, o autor das cartas frequentemente faz elogios aos militares, principalmente, a um dos principais interlocutores dos interesses das Forças Armadas no governo de então: o general Leônidas Gonçalves. Nesse ínterim, apenas o fato de ser militar já dispensa análises profundas, bem como as passagens escritas pelo autor onde se fazem elogios a Getúlio Vargas, Ernesto Geisel e João Figueiredo.

“Deveríamos catequisar e ensinar as novas gerações [...] a serem gratos, renderem homenagens aos nossos heróis do passado e que com as graças de Deus nos deram leis trabalhistas e aposentadorias + (mais) assistência médicas”<sup>54</sup>. Aqui, como não se tem passagens contraditórias, é razoável pressupor que aqueles que melhor se encaixarem no perfil “apoio santo” sejam os militares. Ademais, PVP trata em seus escritos sobre a repressão militar, que é entendida como justificável, não sendo eles os “omissos”. Nesses termos, os militares são inquestionavelmente bons, até mesmo pelo modo como coíbem os malfeitores, de modo sempre ativo com o discurso “pelo bem do país” – atitude que o autor das cartas não apenas concorda, mas incentiva.

Além dos ministérios, os militares exerciam influência política através dos partidos em suas novas formas, igualmente fundamentais na sustentação de José Sarney – vide o Partido Democrático Social – PDS – antiga Aliança Renovadora Nacional – ARENA – e o Partido da Frente Liberal – PFL, formado pelos dissidentes do PDS após a vitória de Paulo Maluf na Convenção para escolher as lideranças.

Seus membros compuseram o governo com base em alianças-chave em torno de Sarney durante os cinco anos, tais como: a Aliança Democrática, o Partido Sarney e o Centrão. Para PVP, no entanto, destaca-se apenas Antônio Carlos Magalhães, conforme se segue: “S. Excia, Dr Antonio Carlos Magalhães ‘Príncipe Valente’ e de quem sou fan popular”<sup>55</sup>.

Nome de peso do PDS que se transferiu no ano de 1986 para o PFL, Antônio Carlos Magalhães era um dos mais conservadores do governo e foi o único ministro a permanecer os cinco anos com Sarney, em posse da pasta do Ministério das Comunicações, além de grande

crítico do PMDB. O autor das cartas, ainda, faz menções honrosas são feitas a Aureliano Chaves (Presidente de honra do PFL e Ministro de Minas e Energia) e Marco Maciel (Presidente do PFL, Ministro da Educação e da Casa Civil).

Outro lado importante de sustentação do Sarney foi sua relação com o PMDB, principalmente, com o presidente do partido, Ulysses Guimarães, político esse com quem teve diversos entendimentos e desentendimentos no decorrer dos cinco anos de mandato. Ao assumir o cargo de presidente, Sarney muito contou com o auxílio de Ulysses e do PMDB na Aliança Democrática. Em um segundo momento, entretanto, Sarney se aproxima mais dos governadores e da ala PMDB mais afastada de Ulysses para ter seus interesses defendidos no “Partido Sarney”. Em um terceiro, enquanto o Plano Cruzado era um sucesso popular, Ulysses e grande parte do PMDB voltam a se aproximar de para lograrem cargos na eleição de 1986, resultando no maior sucesso eleitoral que o PMDB teve em toda sua história. Por último, o Centrão se formou contra setores progressistas na ANC, apenas intensificando o longo histórico de disputa entre Sarney e Ulysses pelo poder do PMDB.

Sobre a questão, David Maciel destaca:

O governo atuou nesse ‘vácuo partidário’, buscando reforçar sua base de apoio cooptando parlamentares por cima dos partidos, o que levou ao inevitável colapso da Aliança Democrática e à formação de uma nova base governista, não mais orientada por uma perspectiva reformista, mas por uma perspectiva reacionária: o ‘Centrão’. O ‘Partido do Sarney’ continua existindo, porém adaptado à nova situação<sup>56</sup>.

Diante do exposto, é preciso atentar que o “Centrão”<sup>X</sup> era uma organização suprapartidária (PFL, Partido Liberal – PL, PDS, Partido Democrata Cristão – PDC, Partido Trabalhista Brasileiro – PTB) e a parte mais conservadora anti-Ulysses do PMDB, além de ser a base de apoio de Sarney no período final de seu mandato. Nesse sentido, os escritos de PVP, datados do período 1988-1989, se espelham nessa sustentação civil, principalmente, do lado peemedebista, pois seu autor ali se afirma como “Eleitor PMDB-Centrão”.

Do PMDB, ele destaca Roberto Cardoso Alves (de SP; – um dos estrategistas da Aliança Democrática e um dos principais articuladores do Centrão), Iris Resende (de Goiás – GO – ministro da Agricultura e de Minas e Energia), Expedito Machado (do Ceará – CE; um dos fundadores do Partido Progressista – PP e um dos líderes do Centrão) e Prisco Viana (da Bahia – BA; antigo presidente do PDS, próximo a José Sarney, que motivou a pressão para se filiar ao PMDB; ministro da Habitação e titular em uma das mais importantes Comissões – Sistematização –, além de ser Centrão).

---

<sup>X</sup>Na definição de David Maciel, o Centrão era uma “instância mais aproximada do que poderíamos considerar como uma articulação global, programática e permanente, conviveu o tempo inteiro com interesses particularistas e fisiológicos, tendo como verdadeiro ponto de unidade o apoio ao governo Sarney na condição de baluarte da institucionalidade autoritária e de fonte de benesses e cargos”. P.266.

Mas, o destaque mais enfático do PMDB é José Reinaldo Tavares (do Maranhão – MA), ministro dos Transportes. Nesse ínterim, PVP lhe escreve uma longa carta, fazendo menção da mesma para Costa Couto<sup>XI</sup>. Ministro do Trabalho, governador do Distrito Federal – DF, ministro-chefe da Casa Civil e articulador do pacto social, Ronaldo Costa Couto é o único personagem político que PVP destaca em todas as cartas. Aqui, é possível que tal circunstância ocorra devido ao fato das cartas aqui analisadas serem de posse originalmente da Casa Civil. De todo modo, o apreço do autor a Couto é visível, conforme se segue:

Por patriotismo, para me aproximar de V.Excias. Os jornais, revistas, etc, quando querem elogiar com justiça- S.Excia- Ministro Dr. Ronaldo Costa Couto, chama-o com muita Honra de Escudeiro da Presidência, o Brasileiro magnífico de esmeralda confiança da presidência. Eis porque êsta carta vai ser endereçada a S. Excia<sup>57</sup>.

Assim, com exceção de Ronaldo Costa Couto, que não teve filiação partidária, grande parte dos nomes supramencionados envolvem apoiadores de Sarney pelo lado do PMDB-Centrão. Em um balanço inicial, é possível perceber que fora dos políticos representantes de SP, o autor das cartas em questão menciona apenas o alto escalão e grandes articuladores que provavelmente possuem grande destaque na mídia.

Aqui, os militares podem ser definidos como apoiadores “santos” porque defendem a ordem. Já os setores de oposição, tanto do baixo escalão governamental, quanto populares, são “infernais” porque permitiram tal aumento ou organizaram determinado movimento. Em todos os casos, PVP, a seu modo, faz sentido ao defender essa organização, mas, ao tratar dos políticos, os elogios parecem estar vazios de créditos e cheios de propaganda midiática que mais resultam da crença individual de que esses são os “bons” – após aquele autor delegar aos responsáveis os créditos pelas políticas públicas enaltecidas.

Nesses termos, é de se supor que os apoiadores santos seriam os militares, enquanto os apoiadores de José Sarney dentro do PMDB, mais precisamente os inclusos no Centrão, englobariam os defensores do povo. Por fim, os “genocidas por omissão” seriam o resto do PMDB, os ministros e os partidos que deveriam constituir a base do governo, mas optam por se abster. A categoria serviria para dar um *status* igualmente maléfico a esses indivíduos, mas temporário, em que se julga mais a ação do que o indivíduo. Entretanto, o caso de Ulysses Guimarães desmonta tal interpretação, ao mesmo tempo em que aponta a própria base do então mandatário brasileiro como “genocida por omissão”.

---

<sup>XI</sup>Essa é justamente a carta que esse trabalho sabe da existência, mas não a localizou. de seis cartas, apenas localizou-se cinco. A segunda carta, datada de 12/10/1988, o autor endereçou “Minha Carta seguiu EVIA-colossal, Ministro Dr. José Ronaldo TAVARES. É só v. Excia [Costa Couto] pedir xerox dos 16 páginas”. ARQUIVO NACIONAL. Gabinete Pessoal do Presidente da República. BR.DF.AN.BSB.JF.JSA.1.(Carta 2; 12 out. 1988;p.1.).Grifos do autor.

O caso com Ulysses é emblemático. Aqui, PVP o elogia por diversas vezes, mesmo ele não sendo do PMDB-Centrão. Em realidade, Guimarães é uma das principais razões de tal segmentação existir dentro do partido. A relação com este último partidário foi fundamental para o andamento do governo de Sarney por sua força política. Como presidente do PMDB, da Câmara dos Deputados – CD e da ANC, a situação se enrijecia quando Ulysses estava como oposição. Nesse ínterim, no cenário do ano de 1989, Ulysses estava como oposição clara e midiática contra José Sarney, mas nem por isso PVP deixa de apoiá-lo, conforme se segue:

Vamos todos unidos glorificarmos nosso grande Presidente Dr. Sarney, pois se (caso) formos injustos com esse irmão superior, generoso pacífico, honesto, trabalhador, culto, se (caso) não “glorificarmos” ele com gratidão, o novo presidente não pode esperar apoio para esmagar com Pulso de Ferro os maquiavélicos anarquistas- mentirosos e “safados” opositores impatriotas!!! Meu voto é para nosso venerável Dr. Ulysses Guimarães patrimônio nacional, sereno e **competente** DR. Ulysses- Relíquia e patrimônio nacional- Brasileiro nato Auri- Verde- Azul!!! [...] <sup>58</sup>.

Competente. Essa é uma característica que PVP atribui a Ulysses Guimarães e não a atribui para José Sarney ou qualquer um de seus aliados. Ambos os políticos eram concorrentes desde antes da década de 1960. Na época, Sarney era filiado à União Democrática Nacional – UDN, enquanto Ulysses era filiado ao PSD. Adversários políticos durante a ditadura militar, eles terminaram por cair dentro do mesmo partido e, constantemente, disputaram a voz final. Assim, Ulysses,

[...]de olho em seu projeto pessoal de eleger-se presidente da República [...] alteraria os humores da sua relação com o novo presidente. Ora confiava, ora desconfiava da solidariedade de Sarney; ora apostava, ora desacreditava na vantagem do apoio de Sarney para sucedê-lo; ora procurava desarmar, ora se rendia aos inimigos de Sarney <sup>59</sup>.

Tal contexto permite o autor das cartas em questão entender Ulysses como oposição dentro do alto escalão, mas, ao mesmo tempo, apoiá-lo. E ainda, PVP menciona na mesma página a existência de “oposições edificantes”, provavelmente, se referindo a Ulysses. Certamente, o autor não votaria em um Besta-fera para presidente, o que justifica a intenção de criar uma categoria mais relativizada dentro da oposição.

De fato, a consideração em questão permite que ele veja fraquezas no governo de Sarney e espera que um opositor “grato” seja mais forte contra seus inimigos. Assim, no alto escalão, a situação se inverte: o problema é o apoio e os ministros omissos que não lidam com a situação usando “punhos de ferro”. Ao invés de deixar tal crítica de modo explícito, PVP opta por considerar as críticas dos apoiadores de José Sarney no final de seu mandato como mentiras, o que apenas serve para omitir a preferência pela abordagem de Ulysses em detrimento a Sarney e o Centrão.

“Sem ofensa- pois a verdade não ofende ninguém. “A verdade é para o bem de todos. Sem ofensa: os jornais são ‘mercenários’ pois deveriam (esteja) sempre elogiando as sábias e carismáticas providências do Presidente e dignos ministros civis e militares”<sup>60</sup>.

Aureliano Chaves (PFL-MG), ministro de Minas e Energia, por exemplo, no ano de 1997, em entrevista para a Rede Globo de Televisão, assim criticou o modo como o Plano Cruzado foi utilizado por José Sarney e o PMDB: “Com demagogia se ganha eleições, mas não se governa necessariamente. [...]O Plano Cruzado I começou a ter seus tropeços quando deixou de ser um plano para uma política econômica para ser um plano para uma política eleitoral”<sup>61</sup>. Destarte, como a situação estava invertida no governo central, PVP, em seus escritos, apenas sugere que José Sarney deixe Deus julgar no final.

“Se (caso) algum ministro não foi fiel e fugiu da ‘luta’ honesta que é a luta em última análise- “luta” (combate) pela ‘vida’ e consolidação do ‘Reino de Deus’ na Terra, depois o Divino Mestre [os punirá]”<sup>62</sup>. PVP, então, reutiliza os limites de Sarney para enfrentar os servos do demônio. Em última análise, não há como o mandatário de então enfrentar a maldade que está entre aqueles que deveriam combatê-las. Nesse sentido, talvez o autor das cartas considere a existência de dois tipos de oposição.

Os primeiros são inimigos a serem identificados, que agem diretamente ao promoverem greves e tem atrapalhado a gestão do Brasil durante séculos. Como exemplo, os grevistas dos setores essenciais e políticos de baixo escalão, os Bestas-feras são oponentes que, acima de tudo, devem ser neutralizados. Eles existem há muito tempo e apoiam Satã. Logo, não é possível lidar com eles mundanamente, bastando que o governo os impeça de atrapalharem a vida dos cidadãos de bem, assim como a corrupção de mais pessoas que, futuramente, Deus lidará com eles. Uma visão prática da maldade, não ideal. Esse é o dever deixado para Ulysses Guimarães.

Os segundos são aqueles que deveriam combater os Bestas-feras, mas não o fazem e, por isso, também podem ser assim considerados. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que a oposição prejudica o “progresso do país”, o alto escalão não consegue lidar com eles. A oposição se configura nos “reais filhos de Deus” que querem fazer alguma coisa. Em suma, os principais genocidas por omissão são os apoiadores de José Sarney, que não foram competentes o suficiente.

Por isso, o PVP, ao completar a passagem inicial desse capítulo diz que “mesmo todos fossem os políticos ‘Bonzinhos’ PASSIVOS e ‘PARADOS’ nada ou pouco adiantaria. Temos de trabalhar serenos. Nascemos para amar e servir a Deus.”<sup>63</sup>. Assim, governantes que nada

fazem para deter a proliferação do mal na sociedade se tornam o principal problema da nação, sendo eles bons cidadãos ou não.

É importante destacar que para o autor das cartas, o Estado é santo e apenas é bom quando os governantes que estão em sua posse lutam pela justiça de Deus. Assim, a falta de força dos políticos – aliados e opositores – permite a proliferação da injustiça, sendo que todos que agem com “moleza” também são cruéis, desumanos, que não sentem empatia pela situação do pobre trabalhador; são Bestas-feras. Assim, é de se supor que Sarney não foi forte o bastante, mas Ulysses deve ser.

O NOVO Presidente terá de esmagar com A FORÇA da lei as anarquias, os marajás, as mordomias, trens de alegrias Precisa ser Bom e Forte, Bom e Fraco não serve, Forte e ruim, injusto, também não serve, tem de ser Bom e Forte, imitando a Cristo, N. Senhor. [...] PAZ, para o povo viver Feliz, tranquilo, Bem Estar, trabalho lucrativo, alegre e feliz<sup>XII</sup>.

Em suma, PVP deseja que o novo presidente faça o que José Sarney deixou de fazer, com força e apoio para tal. Em seus termos, a ordem de Deus está ameaçada com a violência desenfreada nas ruas e governantes que veem tudo isso e nada fazem, que não se emocionam, nem se sensibilizam; são desumanos. Assim, o autor chega ao ápice de sua construção em torno dos Bestas-feras e da maldade no Brasil para cobrar medidas efetivas contra os “bandidos”.

---

<sup>XII</sup>Carta 4; 21 ago 1989;p.4. Ambos os termos utilizados pelo autor se referem ao funcionalismo público: Trem da alegria diz respeito ao processo de efetivação de substitutos com mais de cinco anos de serviço até 31 de dezembro de 1983 no serviço público pelo artigo 208 da Constituição Federal, enquanto marajás são funcionários públicos que possuem altos salários obtidos por um processo fraudulento de acumular extras ao salário básico.



### **CAPÍTULO 3: “Deus quer monstros matando inocentes? Deus quer genocídios”: os bandidos, os Bestas-feras e a incompetência de José Sarney**

As “ondas” de crime de assaltos em residências são desesperadoras, é o terror! Os bandidos são monstros- tarados sexuais- demônios. Assaltam em centenas de casos residenciais e os bandidos prendem os chefes de famílias e violentam esposas e filhos dos pais (chefes) famílias e depois matam cruelmente santos pais de famílias! É preciso lei justa- serena porém de máxima energia para “ababer” digo “ABATER” os monstros<sup>64</sup>.

A última categoria criada no conceito macro “Besta-fera” é o de bandido. Como os demais inimigos, tal ordenação aparece para solucionar a impossibilidade de colocar um dado perfil dentro daquelas já criadas, pois existem muitos modos de exercer a maldade. Pela primeira vez, uma forma a ser combatida aparece completamente desumanizada.

Diferente da categoria mais abrangente anteriormente apresentada: a anarquia, PVP, em seus escritos, dispensa o uso de qualquer relativização, pois, entre os anarquistas existem aqueles que são manipulados pelos verdadeiros amantes do caos, como se observou com os trabalhadores grevistas. No caso dos políticos, existem os servos de Deus e os corruptos. De fato, existem pessoas boas mesmo dentro dessas categorias, o que ainda permite a percepção de erros e enganações – próprios da inocência humana. Os bandidos, então, são formados para agregar todos os inimigos anteriores, sejam inimigos do Estado, seja de outrem, acrescentando a maldade com motivação.

Nem todo bandido é anarquista, pois, o mal dele advindo pode ser bem mais localizado e independente da relação com o Estado, como, por exemplo, o caso de criminosos comuns. Nesse sentido, se os anarquistas e o desrespeito com a Lei e a ordem já incomodavam PVP, o acréscimo de desvios individuais intensifica o ódio sentido pela oposição de modo acumulativo. Assim, a existência de seres que podem perturbar a sua paz à revelia da vontade estatal contribui para conceituá-los como monstros.

Como uma macrocategoria, os bandidos se resumem àqueles que cometem crimes, em qualquer tamanho, intensidade ou forma. Entre os crimes restritos, é possível, então, fazer menção aos ladrões, sequestradores, estupradores, assassinos e torturadores, que coexistem com criminosos relacionados com o Estado, quais sejam: grevistas de setores essenciais, políticos corruptos e políticos omissos. Destarte, a questão-chave levantada pelo autor das cartas é o descaso com a Lei pelos que deveriam segui-la, bem como a incompetência por parte daqueles que deveriam criá-las.

Será querido O Presidente da República que prometer acabar, liquidar com o “cancro” (“AIDS”) dos “trens de alegrias”- festivais de mordomias- marajás e os crimes monstruosos de Bestas-Feras (os sequestros) punindo-os com severas leis “DIVINAS” (justas) sexuais + (mais) assassinatos vinculados com pena de morte ou leis férreas paralelas- semelhantes, trará para a sociedade PAZ, e PAZ é fruto da

justiça e da caridade (amor a Deus) acima de tudo. As impunidades, mediocridade, moleza, relaxamente, anti-justiça na caça e captura dos bandidos- possesores dos demônios, é convivência, e anivelamento contra a dignidade da vocação de Policial de cavalheirismo e de amor ao povo honesto e bom. O policial, militar, etc é o “Anjo” normal, assim como normal é o bom médico, o bom comerciante<sup>65</sup>.

Em seus escritos, PVP critica as impunidades e a justiça exercida até então. O autor não observa a Lei como justa e suficiente para lidar com a criminalidade da época, sendo apenas “moleza”. Assim, o novo presidente terá que rever a questão ao exercer o governo com “punho de ferro” e alcançar a paz via justiça e caridade.

Em sua leitura, as Leis justas estão diretamente ligadas com a justiça divina, ou seja, Deus recompensa os bons e pune os maus. O autor das cartas concebe a pena de morte e “leis semelhantes” como algo viável diante da corrupção de uma suposta ordem natural das coisas, como, por exemplo, no caso da maldade ser mais recompensador do que a bondade que, além de corromper toda a sociedade, atrapalha as boas pessoas, bem como a si próprio, a alcançar a paz.

É importante destacar que para PVP, a maldade é frequentemente o resultado de uma escolha, principalmente, no tangente a não escolha do caminho de Deus. Assim, os bandidos são aqueles que escolheram fazer o mal a outrem, ao mesmo tempo em que tal situação foi favorecida a partir da escolha do governo em não ajudar ou até em atrapalhar. Assim, o autor interpreta que Deus não permitiria que tal inversão de valores prosseguisse e defende que Ele estaria de acordo com a morte desses opositores.

O autor das cartas acredita em um Deus punitivo que manda os de má índole para o inferno. Disso presume que quando se observa pessoas boas (família) sendo mortas por pessoas más (bandido), é razoável que o Estado esteja de acordo com a morte para impor alguma ordem na sociedade, conforme se segue: “Os malvados são preguiçosos e lendo e relendo os evangelhos vemos as ameaças e castigos eternos para os maus. Diz Lucas, cap. 12 ver. 1-8!!!! Temei a Deus que depois de matar (diz matar), tem Deus o poder de lançar (o bandido) no inferno eterno!!!”<sup>66</sup>.

PVP atenta, em especial, para os versículos 4 e 5 do Evangelho de São Lucas, onde Jesus diz para não temerem aqueles que matam o corpo, mas aqueles que têm o poder de condenar. A dita passagem bíblica se refere aos fariseus, mas, o autor a interpreta na forma “bandido”. Tal passo é fundamental para seu posicionamento frente à violência. Aqui, “Deus mata” forçosamente proporciona o aval para que os humanos adiantem a ida desses seres para o pós-vida, afinal, “Deus não quer monstros matando inocentes”<sup>67</sup>. No mesmo sentido, tal leitura auxilia na lógica punitiva daqueles que o Estado não alcança, principalmente, à maldade velada, omissa.

Essa interpretação conveniente dos textos bíblicos também é fruto do próprio contexto histórico em que o autor das cartas se encontra. O pensamento de querer um presidente favorável a Leis mais severas, que acabe com a “moleza e mediocridade” das atuais, é ilustrado na campanha para Deputado Estadual pelo Estado do Rio de Janeiro no ano de 1986, de José Godinho, que se eternizou na memória popular brasileira na forma de ditado popular com o seguinte *slogan*: “Bandido bom é bandido morto”<sup>68</sup>.

Durante o período da redemocratização, houve uma expansão da liberdade jornalística para tratar da violência; e nela, uma generalização fomentada pela mídia das cidades, sendo palco de diversos crimes violentos. Tal situação afetou, principalmente, os moradores das favelas e de bairros mais pobres, que além de serem os que mais sofrem com a falta de segurança pública, ainda carregam o peso de serem os seus causadores – fato paradoxal, mas costumeiro na história do Brasil.

São Paulo e o Rio de Janeiro eram os estados onde tal situação se mostrava mais acentuada. Houve uma generalização de suas capitais como ambiente de frequente violência e atrocidades. De fato, a região Sudeste sempre foi o palco da disseminação de informação no país e, com a inauguração de emissoras televisivas na década de 1960, também se tornou o principal cenário abordado. Nesse ínterim, em fins da década de 1980, 84,4% dos domicílios da região já tinham televisão, enquanto em outras regiões, como, por exemplo, Norte e Nordeste, apenas metade da população detinha tal item em suas casas<sup>69</sup>.

Vale salientar que Sarney fez uso da concessão de rádio e televisão como moeda de troca política. Assim, no período 1985-1988, em conjunto com o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, concedeu 1028 emissoras, sendo 52% delas apenas no ano de 1988. Dessas concessões, 165 foram para parlamentares que apoiaram o mandato de cinco anos para presidente.<sup>70</sup> O resultado dessa expansão do setor de comunicação acarretou em uma segmentação de emissoras e dificultou a sustentação política de concessão para longo prazo.

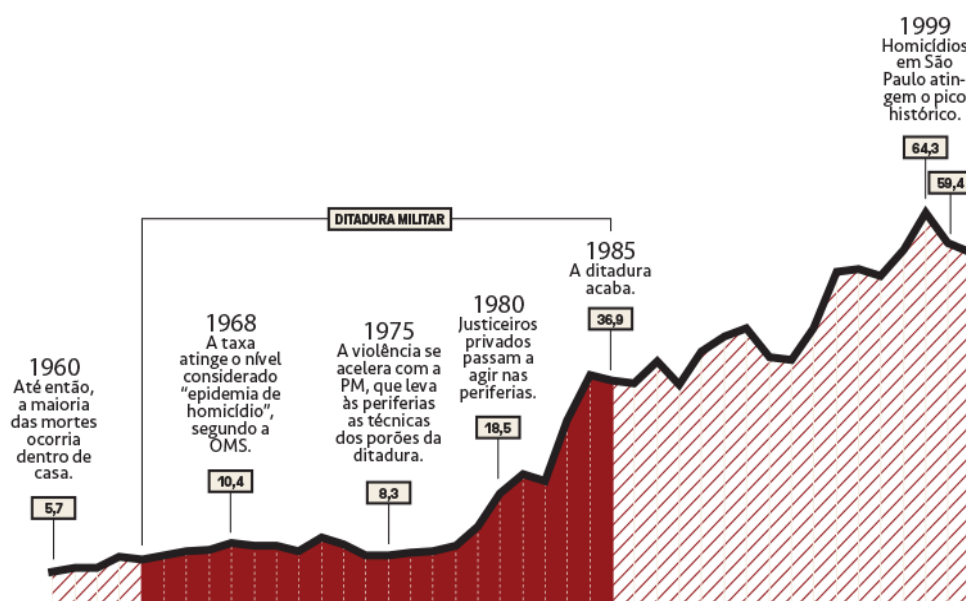
De fato, com mais emissoras, a disputa pelo público e pela notícia se acirraram. Sem a censura e com baixos investimentos públicos, a manipulação política ficava enviesada. Como resultado, a crítica ao governo se generalizou – aspectos que favorecem análises como a de PVP, nas quais os jornais são tidos como “mentirosos e mercenários”. O autor não observava a violência de modo tão explícito anteriormente. Logo, acaba por justificar a situação como fruto de mentiras. Em suas palavras, “os crimes inundam a face da Terra. Dizem os jornais em 87: sucederam aqui “4700” assassinatos e se é mentira são dos rádios e jornais”<sup>71</sup>

Então, a população começava a ser bombardeada por informações e, aquelas que mais chocavam eram relatos de violência. A televisão tornou – o que já era feito pela mídia física – mais palpável para uma população fortemente marcada pelo analfabetismo: os problemas econômicos e de segurança estão ligados e são culpa do governo. A inflação também é um fator social e psicológico para a sociedade e, o assalariado, o principal sofridor. A situação em que o salário real se encontrava prejudicava a relação do governo com o trabalhador, que se sentia constantemente roubado pelo Estado. Ao mesmo tempo, o quadro facilitava o surgimento de argumentos revoltados em que todos estavam roubando em busca de um dinheiro fácil: os políticos e os mais pobres.

Nesse contexto, PVP é um desses cidadãos que assistia todos os dias na televisão a violência nas ruas de sua cidade, ao passo que o Estado ou não agia ou apenas piorava as coisas. Existia uma inversão da ordem social em que o pobre era o principal atingido, e o paulista autor das cartas estava parcialmente ciente disso.

[...]temos tudo em abundância, porém os assassinos, ladrões acham que é melhor matar e ROUBAR, pois lucra mais que trabalhando, porque os bandidos são monstros que não temem a Deus nem a Força justa da lei. Outrora os bandidos temiam e ainda temem a força justa da lei da polícia, porém existem quadrilhas com advogados e tais quadrilhas enfrentam a heroica e dinâmica polícia Rádio Patulha: a bala e muitas vezes os bandidos fogem.<sup>72</sup>

PVP desconsidera que as fontes “antigas” de informação foram objeto de censura e constrói uma espécie de saudosismo com o governo anterior, como se possuísse índices melhores de segurança pública – o que estudos recentes divergem. Sobre a questão, o *Estado de São Paulo* fez um levantamento de cinquenta anos de violência na Unidade da Federação – UF do autor, conforme evidenciado no gráfico, a seguir<sup>73</sup>.



Em muitas situações do cotidiano, a violência se tornou uma resposta aceitável quando o próprio Estado a utilizava como mecanismo de controle. A figura daqueles que iam contra a Lei e a ordem tiveram seu extermínio tolerado pela população que, por vezes, julgava ser o certo e até incentivavam a prática. Assim, como afirmou Manso na mesma reportagem, “quem teme morrer se previne matando antes”.

O gráfico aponta o crescimento da taxa de homicídios em SP a cada 100 mil habitantes. Nesse ínterim, a coleta e organização de dados sobre violência é uma tarefa árdua, de muita pesquisa, em torno da mudança de comportamento populacional, bem como das políticas públicas adotadas. Aqui importa observar que houve um aumento considerável desse tipo de violência, que prosseguiu mesmo com o fim da ditadura militar.

Entre as possíveis razões de tal fato está o modo como a população passou a se relacionar com a violência a partir desse período como forma de sobreviver. Por exemplo, algumas famílias colocaram todos os membros em busca de serviço remunerado, independente de quão insalubre fossem as condições oferecidas, enquanto outras fomentaram o crime organizado. Assim, é de se supor que as pessoas fazem o que podem para sobreviver dentro de seus próprios limites – físicos e morais.

Estatisticamente, 70% daqueles acusados por tráfico eram pedreiros, serventes, trocadores, motoristas, empregadas domésticas, faxineiros, manicures ou prostitutas, conforme observado no período 1986-1991: resultado de uma política de exclusão histórica por parte do Estado, em que se têm policiais defendendo que sabe quem é traficante pelo olhar<sup>74</sup>. Com o argumento de que o estoque pode já ter sido entregue, se tem situações onde há condenação de tráfico com duas gramas, enquanto 1860 quilos de maconha são indiciados por “porte e uso” – tudo depende das relações que o preso possui.<sup>75</sup>

O fim da década de 1980 foi marcado por uma acentuação do trabalho feminino e infantil – uma das soluções encontradas pelas pessoas para sobreviver com salários tão baixos. No ano de 1989, por exemplo, 50,5% das crianças e dos adolescentes brasileiros pertenciam a famílias com renda per capita menor que meio salário mínimo. Desses, 27,4% eram de famílias com renda inferior a um quarto de salário mínimo<sup>76</sup>.

De certo modo, PVP está certo em acreditar que o problema da violência se deve por negligência legal do Estado. É fato que na década de 1980, o Brasil já possuía uma economia diversificada e moderna, mas não atualizou seus aparatos legais, acarretando não apenas uma das piores distribuições de renda do mundo, mas em ditames que nem sequer aparentam algum tipo de justiça. Sobre a questão, Thompson assevera:

A maioria dos homens tem um forte senso de justiça, pelo menos em relação aos próprios interesses. Se a lei é manifestamente parcial e injusta, não vai mascarar nada, legitimar nada, contribuir em nada para a hegemonia de classe nenhuma. A condição prévia essencial para a eficácia da lei, em sua função ideológica, é a de que mostre uma independência frente a manipulações flagrantes e parecer justa<sup>77</sup>.

Em seus escritos, PVP observa que a justiça não está se cumprindo, uma vez que se tem “leis paliativas” por parte do governo e bandidos que logram bons advogados. Diante de tal posicionamento frente à violência, o autor pede que o próximo governo seja mais incisivo e defende a morte desses criminosos para que a justiça divina seja cumprida, já que existem mais criminosos do que prisões.

“Não são não os bandidos que matam É efeitos quem “mata” (proporciona) as mortes são leis paliativas, moles que estimulam e entusiasma diabolicamente aos bandidos organizados com advogados e há casos até delegados envolvidos”<sup>78</sup>. Além de omissos, o Estado aparece como “estimulador” pela sua incompetência, o que intensifica a crise de representatividade. Nessa lógica, o governo aparece protegendo bandido porque também é um deles.

O crime vem de vários estratos sociais e tem diferentes graus de organização, não logrando sobreviver sem o apoio institucional das agências incumbidas de combatê-lo. Nesse sentido, o autor das cartas em análise parece ter problemas em estabelecer limites claros para dizer até que ponto se pode culpar o governo por Leis ineficazes, deixando o crime acontecer. Assim, renegar a Lei, para PVP, é equivalente a negar a sua humanidade, indo contra o sistema ordenadamente divino.

Critica-se um sistema que cria “ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres”<sup>79</sup>, mas também a vontade individual “Quem tem mãos, pernas, corpo, cabeça com saúde: não é pobre, não, neste Brasil parasidioso”<sup>80</sup>. A convivência dessa dualidade permite ao autor das cartas interpretar a situação e os argumentos conforme for conveniente, concebendo Deus como piedoso e genocida com os mesmos recursos lógicos. Assim, quando um bandido sequestra, tortura e mata, é uma atrocidade contra a família e a Lei; mas no momento em que um militar ou policial o faz, é dado como justiça. O problema não é o ocorrido, mas sim quem realizou.

Os bandidos, além de roubarem e assassinares estão cada vez mais perversos. INVADAM residências, amarram pais de famílias e violentam as esposas deles (chefes família) na frente deles e os matam e casos inúmeros! Menores matam. há casos de matarem cinco, seis, etc, e não são presos? porque?<sup>81</sup>

Para PVP, a Lei claramente tem lados. Ela era para ser justa, mas quando o mal adentrou no sistema através de políticos “maus e omissos”, a Lei passou a poder ser injusta. Começaram, então, a aparecer policiais corruptos e advogados defendendo bandidos. Tal

ardilosidade motiva o autor a se queixar da situação brasileira, pois, a Lei e a justiça em geral não estão servindo ao povo, e algo deve ser feito a respeito.

O diferencial do tratamento dado pela Lei se evidencia quando do caso de sequestros políticos – situação onde os elogios de PVP enaltecendo as figuras públicas aparecem carregados de ironia. “Acho que se fosse o filho querido d’um presidente ou governador ou general, etc, eles ‘supremos’ majestosos mobilizariam a nação para prenderem os sequestradores. Sucede, porém é o “próximo” (não são familiares deles- governadores, etc)”<sup>82</sup>.

O autor das cartas critica abertamente a falta de justiça nas Leis, bem como a falta de competência dos governantes em criá-las e mantê-las justas. Os ditames aparecem servindo apenas aos mais poderosos ou a si mesmos, reiterando os argumentos daquele autor em torno de um novo governo que supostamente se preocuparia com o povo. Tendo isso em mente, PVP tenta explicar as razões para a violência estar tão intensa recorrendo ao descaso do governo com a área rural que, em sua visão, são “pessoas boas deixadas para morrer”.

É preciso salientar que houve uma aceleração da urbanização brasileira entre as décadas de 1950 e 1970, advindo grandes metrópoles, sendo São Paulo e Rio de Janeiro as principais. Na década de 1980, o fluxo mudou para as regiões Norte e Centro-Oeste do país<sup>83</sup>. Como expressa Alba Zaluar, o crescimento de São Paulo, a pobreza ou a migração, não conseguem explicar o aumento da violência no país, pois se isso fosse possível, os dados da violência no Nordeste do cangaço seriam outros na história brasileira. PVP, entretanto, pensa diferente:

Bandidos também proliferam no interior, não há preços mínimos garantidos! não há cooperativas, não há escolas, não há medidas suficientes, centenas e centenas do interior S.Paulo e do Brasil se um [matudo]- caipora cobras for mordido, por cobra ou cachorros não há vacinas e o camponês tem morte HORROROSA, Interior, bairros de S.Paulo mesmo! não há ambulâncias- carro oficial- socorrer vítimas mordidas de cobra do [eucos]. Resumo: Há êxodo para os cidades e interior, fica abandonado, só em mãos dos ricos que não plantam nem deixam os outros plantarem<sup>84</sup>.

A origem da violência em São Paulo, segundo o autor das cartas, é resultado da negligência do Estado com as pessoas do campo – motivadas a irem até as cidades. O problema mantém a origem na culpa do Estado e sua resolução na mesma esfera, ou seja, na forma de Lei. Assim, é preciso “Abater com Força Lei os bandidos urbanos e rurais depois entusiasmos povo com garantias de preços mínimos das produções”<sup>85</sup>. PVP, então, estabelece uma relação de causa e efeito que, em verdade, é apenas um modo de reiterar a argumentação em torno da assistência legal. Em sua análise, a violência das cidades não será resolvida sem que a situação do campo também se altere.

Independentemente da situação no campo, a legislação não costuma avançar em busca da justiça nas cidades, como se a polícia não fizesse questão de prosseguir. Nesse ínterim, apenas 1,38% dos homicídios cometidos contra crianças e adolescentes até 17 anos de idade em SP foram investigados, com a identificação do morto e do autor, resultando em inquéritos policiais e transformando em processos penais julgados em pesquisa datada do ano de 1991<sup>86</sup>.

A corrupção do sistema existe e, sabendo disso, PVP utiliza esse mesmo sistema para vencer. O autor repete o fundamento utilizado para os maus políticos e a inflação, onde tudo se resolve institucionalmente, sendo os demais fatores históricos resultantes do conflito pelo poder estatal, quase como se a razão da falha por parte desses segmentos se devesse por falta de auxílio legal, como no caso de licença para matar.

Em combate é lei universal em combate legítima defesa; heroica polícia militar é certa, justo, nobre atirar encima dos monstros bandidos. Não há cadeia para todos os bandidos, podem dizer. Porém PAU é para valer, três (3) dias preso sem comer desestimula os bandidos a atacarem as residências e povo bom na Rua<sup>87</sup>.

Para o autor das cartas, as Leis não estão sendo justas, pois apenas servem para “proteger bandido”. Aqui, PVP passa de críticas pontuais a determinados agentes e escalões menores do governo, bem como na sociedade, para condenar o modo como o governo tem feito as coisas em si. Ele começou escrevendo indícios de descontentamento, mas, conforme discorre, passa para condenações explícitas. Enquanto enaltece a oposição e um próximo presidente “mais forte e bondoso” que combate a “corrupção, bandidos e marajás”, os escritos denunciam a incompetência governista. Em um primeiro turno, é Ulysses; enquanto no segundo, certamente se direcionou à Collor. Assim, o autor se mostra bem enfático quanto à teoria, mas na prática, nem tanto.

Ser bandido é uma categoria ampla que o autor concebeu dentro de Besta-fera para colocar todos que cometeram crimes e ampliar a sua coerência para julgar a oposição. Independente da gravidade ou mesmo remorso, estes continuam sendo bandidos, sem a possibilidade de redenção. E o que aparece como certo é a morte de todos.

Entretanto, é perceptível que PVP não acredite realmente em uma política estatal que decreta pena de morte para todos os políticos corruptos, omissos, grevistas, criminosos e aqueles que eventualmente não seguiram o caminho de Deus e cometeram alguma maldade. Em aspectos mais concretos, o autor das cartas é bem mais seletivo. Para tanto, a lógica observada na leitura do Evangelho de São Lucas 12 volta a ser útil.

Ao invés de matar todos, PVP deseja que o novo presidente apenas elimine os males mais óbvios – aqueles que a incompetência de Sarney não permitiu. Quanto aos demais, Deus julgará futuramente. Os políticos corruptos, ao invés de todos os políticos; os grevistas de



setores essenciais, ao invés de todos os grevistas; os sequestradores e assassinos, ao invés de todos os bandidos; assim por diante.

O discurso é generalizado, mas, ao reclamar de pontos específicos, o autor deixa claro qual problema ele quer resolvido: aqueles bandidos que retiram a sua paz. Entretanto, não há como começar com os mais explícitos se o governo não está disposto a tomar providências. Assim, todo o problema começa com Sarney e termina com a sucessão presidencial. Nesse sentido, o Brasil tem condições para mudar, mas tal fato não se dará sem uma mudança na classe política que, na leitura de PVP, nada fazem ou são omissos à realidade nacional.

“Temos colossais condições e meios de transformar esta nação paradisíaca Brasil no celeiro do universo e vida feliz em abundância para todos: já, imediatamente. Será que há políticos “cegos- surdos e mudos” à voz da consciência para fazerem FACIL”<sup>88</sup>.

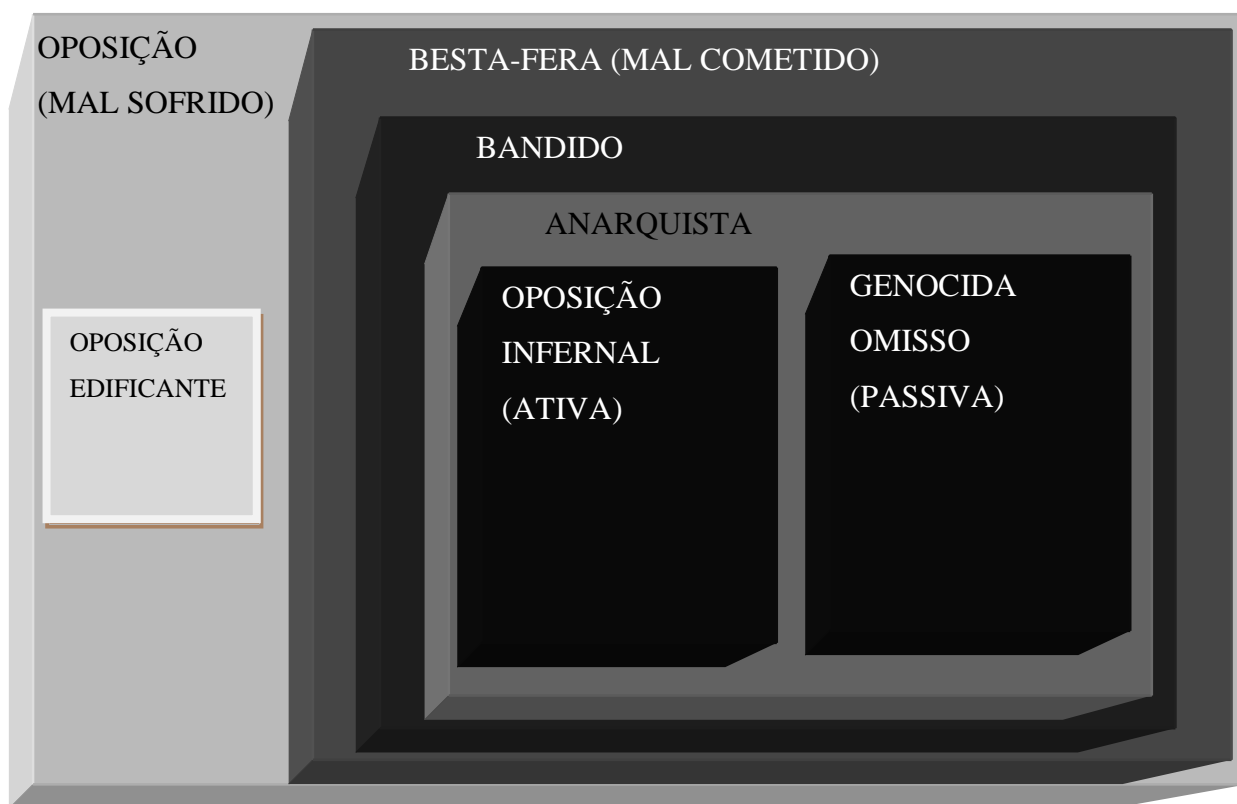
Entendendo a situação de forma pragmática, é possível perceber a ordem prioritária do problema construído resumidamente da seguinte forma: primeiro, acabar com os genocidas por omissão (eles impedem que quaisquer boas ações possam prosseguir); segundo, acabar com os Bestas-feras mais incômodos (o mal que corrompe a sociedade em alta escala e explicitamente); e, terceiro, acabar com os Bestas-feras em si (todos os que restaram e são maus). Nesses termos, PVP organiza o mal que sempre atrapalhou o país, independente de governantes, os quais muitas vezes estão no governo, conforme se segue: “Os inimigos do Brasil! Pois não são inimigos do governo”<sup>89</sup>.

Os aliados, para o autor das cartas, se constroem na mesma lógica: são os aliados do Brasil, e não do governo. A oposição edificante é assim constituída em comparação aos mandos de Sarney, enquanto, em realidade, são os reais aliados do Estado. Do mesmo modo, os principais aliados do mandatário de então elogiados pelo autor nada mais são do que a própria estrutura estatal. Os militares, policiais, ocasionalmente ministros e “bons” políticos são aliados do Estado e do presidente, não necessariamente de José Sarney. Quando caracterizados na forma abstrata pelo termo “aqueles com temor a Deus”, os aliados são aqueles que fazem uso da estrutura do Estado (que é o reino de Deus na Terra) para o bem.

[Vi] e escutei a série de programas do “Globo” dos presidencialistas e nenhum deles sabe como combater e neutralizar a inflação, pois é um EFEITO (a inflação) de “milhares” de causas: a começar, FALTA de amor a Deus dos maus, já perdidos, com lugares no inferno querem destruir a humanidade com guerras, Fomes, ESTUPROS, sequestros, mentiras, anarquias, assassinatos, FALSOS, roubos, etc. Pecados mortíferos. Mas, Deus destruirá os MAUS<sup>90</sup>.

Diante do exposto, assim se construiu a crítica de PVP à Sarney: separando a pessoa física e jurídica. Enquanto pessoa, o mandatário de então e seus aliados foram criticados por omissões, negligências e incompetências. Por outro lado, como chefe de Estado e católico

praticante, o autor só tem elogios. Elogia-se o Estado como sendo Deus e se critica o governo como fruto dos problemas. Assim, o inimigo a ser derrotado foi construído do seguinte modo:



Tal divisão tem por base uma análise epistemológica. A construção ajuda a entender a construção da oposição de modo a ilustrar como PVP criou categorias amplas para agregar indivíduos genéricos que, ao ser chocado com a casuística, uma nova aparecia.

Como a análise é metafísica, os conceitos de Ricoeur voltam a ser úteis. Assim, é de se recordar o mal sofrido como a maldade intrínseca e igualmente distribuída entre todo ser humano, bem como o mal cometido como sendo escolhas supostamente erradas. Nesses termos, a oposição é entendida como a concepção de mal sofrido em sentido macro, ou seja, a existência de pessoas boas fazendo coisas más, como a “oposição edificante” ou qualquer aliado que eventualmente fez algo errado, não sendo interpretadas como vontade, mas, no máximo, ingenuidade, que todo ser humano eventualmente possui. E entre esses seres que tem o mal já dado, há aqueles que escolhem fazer o mal ao quebrarem a ordem. Esses são Bestas-feras.

A oposição infernal se configura naqueles que pecam através da ação, que fazem mal a outras pessoas explicitamente, como, por exemplo, os grevistas de setores essenciais. Com a existência de pessoas que não fazem de modo tão perceptível, PVP criou a categoria para os omissos: aqueles que fazem o mal não ajudando, como os políticos muitas vezes agem, por

exemplo. Englobam-se ambos na categoria de anarquista para fins de coerência, pois todos querem o mal para o Estado.

Com a existência de um mal para o Estado e para as pessoas, criou-se a categoria de bandido. Aqui estão todos os que cometem crimes, indiscriminadamente, e, por isso, é a mais abrangente. São tidos como aqueles que apenas fazem o mal por desconsideração com os outros seres humanos, sem partes boas para a sociedade e para isso são desumanizados. “Não se trata de proteger banqueiros ricos não! não e sim esmagar-se os bandidos que são benditos em todos sentidos, inclusive **terroristas políticos e sociais**, amedrontando a sociedade ordeira e venerável do Brasil”<sup>91</sup>.

Destarte, o passo para elevar à categoria Besta-fera é apenas a existência de um mal puro e irracional. Diferente dos bandidos e de todas as categorias inclusas, eles não tem razões aparentes para o mal, mas apenas o fazem por assim gostar. Nesse sentido, PVP formula a última razão para servir ao demônio: porque assim desejam. Qualquer mal não citado cabe dentro dessa categoria, além de todos os já citados, em alguma medida, também serem considerados Bestas-feras. Assim, todo anarquista é um bandido, mas nem todo bandido é anarquista, assim como nem todo Besta-fera é um bandido.

Ser “bandido”, “oposição infernal” ou “genocida por omissão” não são sinônimos, mas todos estão relacionados com a maldade e com ser “Besta-fera”. Os “bons políticos”, a “oposição edificante” e os “santos policiais” também não são sinônimos, mas se relacionam à categoria maior do governo de Sarney que, ao ser criticado, pode ser englobado em “Servos de Deus”.

É perceptível que quando da escrita das cartas em análise por PVP, o mesmo se encontrava frustrado. Todos os dias, ele via um Brasil que amava com seus valores invertidos. A solução parecia ser tão simples que decidiu dedicar um tempo para desabafar com as autoridades. Entretanto, conforme escrevia, a discrepância entre a teoria e a prática se tornava gritante. Com isso, rasuras e substituições foram feitas, até páginas inteiras foram retiradas por não fazerem mais sentido.

A partir de seus valores, o autor constrói a narrativa do Brasil. O que ele entende por Deus tem que se encaixar e justificar os pontos abordados, bem como o funcionamento da cultura, da política e da economia. Uma abordagem conveniente de pontos específicos de cada aspecto para que haja uma razão de ser do seu levantamento. Deus tem que ser genocida para que, ao menos no discurso, seja permitida a morte dos opositores. Deus não quer monstros matando inocentes, nem pobres morrendo de fome. Quem quer são os inimigos. Para impedi-los, tudo é permitido e justificável em nome da justiça e caridade, bem como para o alcance

da paz cristã tanto almejada por PVP. Aqui, é difícil lidar com a violência porque ela está em toda parte e não possui atores sociais permanentes, ou mesmo causas facilmente delimitáveis e inteligíveis, pois enquanto as pessoas estiverem mais preocupadas em distribuir a culpa do que em propor alternativas, esse mesmo cenário tende a perpetuar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de escrever sobre o catolicismo, plano cruzado e criminalidades, P.V.P. escreveu sobre si mesmo. A forma como ele entendeu que a política funciona, bem como o modo como deveria funcionar. Cada segmento do seu conhecimento serviu para justificar a forma como se constituiu o certo e o bem. Esse trabalho foi uma tentativa sistematizar essa análise.

O estudo em questão teve início com a possibilidade de que toda exaltação em torno dos governantes enquanto denuncia um grupo abstrato de inimigos tinha como objetivo disfarçar críticas mais intensas direcionadas à forma como se dá a política no Brasil. Nesse caso, o problema do Brasil seria justamente a falta de representatividade e corrupção do poder, que tornaria todos eventualmente maus, de modo que a omissão do Estado ao lidar com a questão potencializava o que havia de pior no ser humano, destruindo a ordem na sociedade.

Tal hipótese, entretanto, desconsiderou o modo como PVP indicava que deveria lidar com o problema. O autor faz diferenciações claras entre a força governamental e a força estatal em tal medida que acredita em um novo governante eleito que mudará a situação. Nesse ínterim, ao destacar o papel de Ulysses Guimarães, bem como de um novo corpo político mais rígido que melhor fizesse uso dos aparelhos repressivos do Estado, incluindo ditames mais severos, indicava como o problema poderia começar a ser resolvido – fato que pode ser constatado durante a comparação entre teoria e prática da categoria “Bestas-feras” e nas formas que o autor encontrou para trabalhar a vontade dos agentes entre os cidadãos comuns, mas, principalmente, os políticos.

Ao fazer uso da concepção de maldade ricoeuriana, buscou-se ajustar o modo como o autor construiu o mal, ora como fruto da vontade individual, ora como resultado de inserção em um contexto. De fato, existiram pessoas más e pessoas que foram tornadas más pela situação em que se encontravam. Assim, a maldade existe em um país tão bom quanto o Brasil devido, em parte, ao modo como as pessoas que nele vivem lidam com o mal.

Quando PVP decide focar nas condições enfrentadas pela população, as críticas aos políticos se tornam mais claras. Em alguma medida, todos são atacados pelos problemas que o país enfrenta. No mínimo, o Estado foi leniente com eles. Como resultado, o autor não poupou nenhum de seus representantes no momento de expandir sua generalização conceitual sobre a maldade no Brasil. Nem o PMDB e, tampouco, José Sarney.

Em um dado momento, todos se mostravam como seres cruéis, bandidos e inimigos do Estado. Todos traíram o Brasil e a Deus. Nesses termos é que o autor pediu mudanças: um novo governo que fizesse melhor uso dos poderes concedidos. Um governo mau não significa

igualmente um Estado mau, pois, a possibilidade de limpeza sem quebrar o sistema parece plenamente visível. As forças institucionais legais, policiais e militares conseguem fazê-las, por um bem maior, pela paz.

O que se observou na interpretação de PVP foi a necessidade excessiva de distribuir a culpa entre os agentes sociais tratados – apontamentos esses completamente revestidos de irritação. É sabido que ao delegar parte da culpa a alguém, quase que automaticamente se retira a humanidade desse ser, tratando-o como monstro, encaixando-o genericamente na categoria de “Bestas-feras”. Tal categoria corresponde à maldade genérica de resposta à fórmula “inimigo do Estado”, mas, na prática, se resume àqueles antipatizados pelo autor.

Tem-se aí uma categoria imaginária que não possui respaldo na realidade. Tal como se observa nos cidadãos identificados como anarquistas e bandidos, o “inimigo de Estado” serve para cumprir uma lacuna incompreendida de pessoas que agem de forma discordante ao esperado por quem os julga. Nesse sentido, quando se ordena a eliminação desses seres, em momento algum se supõe que alguém por quem se tem estima estará entre eles. Normalmente são seres que só se veem na televisão e carregam o peso da falta de providências alheias.

Naquele momento, as pessoas estão irritadas com um governo que falhou em melhorar suas vidas. O Estado deixou-se arruinar pela anarquia administrativa, corrupção e apatia. O cidadão quer ter dinheiro na conta e, no peito, a sensação que a vida corre de modo mais ordenado possível. Quando aparece um governante que fala em colocar a casa em ordem, que vai cuidar da família, se dá o fenômeno do alívio instantâneo para o eleitor. Colocado em conjunto com o patriotismo e o catolicismo, a identificação desse político como uma pessoa de bem que lutará pelos interesses coletivos de modo que os representados possam ficar tranquilizados é o que todos desejam. Ao invés disso, se sentiram enganados.

O dinheiro que já tiveram foi perdido e não logram enxergar a recuperação no amanhã. Andam assustados e com raiva – sentimentos que greves e escândalos de corrupção colaboram para intensificar. Na contramão vêm pessoas falando ideologicamente em defender a democracia, enquanto argumentam sobre luta de classes e bolsas de valores – coisas tão abstratas que não tem a menor possibilidade de se identificar com o discurso.

De fato, é ilógico pedir que as pessoas escolham abrir mão do pão do dia por aspectos teóricos que talvez deem resultados em médio prazo. Existem formas mais palpáveis de falar com o povo, mas enquanto a esquerda privilegiar o idealismo do bem para todos e a direita enaltecer a realidade cruel, PVP continuará escolhendo a si em detrimento dos demais.

Quando alguém diz que vai matar comunista, anarquista, marajás ou Bestas-feras, se constrói um princípio real de que as pessoas, além de entenderem o que significa “matar”, não

se sentem atingidas. Quem morrerá é o outro que está explícito como não sendo um cidadão de bem. Assim, o mundo sendo cruel, permite ao Estado matar aqueles que também são cruéis.

Em suma, tudo que o cidadão quer é chegar ao trabalho para ter direito ao pouco que ganha sem que um grupo de pessoas desconhecidas e que em nada se parecem com ele parem a cidade falando que ele está sendo explorado. Ele sabe, mas não quer um estranho gritando que a forma que está vivendo é inaceitável e a ignorância não lhe permite enxergar contextos maiores, supondo que sabem mais de sua vida do que ele mesmo. As pessoas lutam pelo o que acreditam da forma que podem. Nenhuma pessoa quer partir do pressuposto que aqueles pelo qual você cultiva respeito e admiração são corruptos, ladrões ou pessoas ruins. Eles irão torcer cada argumento econômico, político ou religioso da forma mais conveniente possível para protegê-los, pois, assim protegem a si mesmos.

Conforme a sociedade se torna altamente politizada, a vontade de ter seus interesses defendidos pelos representantes legais se amplia. Nesses momentos é que se abre mão da teoria e se adapta o discurso para a estrutura daquele cidadão. É o momento de parar e ouvir os medos e as frustrações dessas pessoas que vivem no país de verdade. De fato, Brasília administra um país de simulações, enquanto o país real explode ao seu redor. Esse país não é o melhor, mas é o que existe.

É possível explicar para PVP que o direito à aposentadoria, ao 13º salário e outros ganhos trabalhistas veio através de reivindicações progressistas, e não mandando matar o vizinho. Aumenta a renda *per capita*, mas não resolve o problema. Quando a base do problema não é atacada, têm-se margens para os extremos: o patriotismo que ideologicamente defende os bens da nação, mas, na prática os vende; emerge o cristianismo fundamentalista que, na prática, serve para corroborar com condenações eternas aos inimigos; a igualdade de oportunidades é vituperada em prol de uma meritocracia de privilegiados.

Como resultado, o Brasil possui uma sociedade conservadora que, em sua maioria, é resistente a qualquer pauta progressista. Atualmente, o brasileiro é engajado nas discussões políticas, tratando-as nos mais diversos espaços públicos. Ao mesmo tempo, bem como PVP, a população brasileira acredita que a chave para o progresso é a simples troca de governantes.

Ulysses Guimarães foi assertivo ao comentar a morte de Tancredo Neves com a ilustre frase “os homens passam, mas as instituições permanecem”. Existem regras da estrutura política que independem de seus governantes individualmente. É necessária competência para governar mesmo com essas regras típicas do jogo político.

A corrupção não é uma mancha que se manifesta em alguns governos e outros não. Todos são corruptos em algum aspecto, assim como são Bestas-feras. O exercício do poder estimula a ilicitude, mas, o que diferencia é o comportamento que a administração decide tomar quando a imagem se desgasta. Nesse sentido, José Sarney não fez questão de tomar providências. A política tem sua ética peculiar, mas que não pode se desassociar completamente de um senso comum para que não vire uma arenga em que tudo vale. Tem que ao menos parecer justa. Quando atos de corrupção explícitos passam impunes, estes geram, em igual medida, a explicitação da incompetência governista. Quando um governo deixa de existir, providencia-se outro com cara de novo<sup>92</sup>.

---

<sup>1</sup> Ver SAINT-EXUPÉRY, Antoine. O pequeno príncipe. Editora Melhoramentos, 2017.pp. 38-40.

<sup>2</sup>ARQUIVO NACIONAL. Gabinete Pessoal do Presidente da República. BR.DF.AN.BSB.JF.JSA.1.(Carta 1; 15 ago. 1988;p.1-2.).

<sup>3</sup>Carta 1; 15 ago. 1988;p.6.Grifo meu.

<sup>4</sup>ARQUIVO NACIONAL. Gabinete Pessoal do Presidente da República. BR.DF.AN.BSB.JF.JSA.1.(Carta 5; 18 set. 1989;p.6.). Grifos meus.

<sup>5</sup>Carta 1; 15 ago. 1988;p.10.

<sup>6</sup>ARQUIVO NACIONAL. Gabinete Pessoal do Presidente da República. BR.DF.AN.BSB.JF.JSA.1.(Carta 4; 21 ago. 1989;p.3.). Grifos meus.

<sup>7</sup>Carta 1; 15 ago. 1988;p.2. Grifos meus.

<sup>8</sup> Versos traduzidos completos: Ao Rei sobre Teodósio, contra os bajuladores/Do solo de Vila Viçosa ergue-se uma tenra e bela árvore/ que é protegida por um velho e assíduo guarda./ O plantador vive feliz, mas diz-se que, assente na/ opinião concorde do céu e na mão dos anjos, ela mostra/ vir a dar variados e maravilhosos frutos, quais na terra/ nenhuma árvore plantada deu, /se uma **besta fera** lhe não danar, mordendo-a,/ as folhas e a seiva, a Harpia, e esta ave nojenta lhe/ não andar em volta com frequência./ Em tais ocasiões, nem sempre o guarda pode estar vigilante./ Que ele se descuide um pouco, logo acorre o sujo rebanho. /Excelente rei! Esta árvore é o grande Teodósio./ Quanto ao resto que em verso proclamo que/ poderá prejudicá-lo, tu o conhecerás. RAMALHO, Américo. O touro e a bigorna. In:*Humanitas*, vol.7. Coimbra, 2000. p.291. Grifo meu.

A análise do autor para esse trecho encontra-se online no endereço [https://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas52/11\\_Ramallo.pdf](https://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas52/11_Ramallo.pdf).

<sup>9</sup>FERREIRA, José.Os símiles no Eurico o presbítero de Herculeno. In: *Humanitas*, Vol. 47. Coimbra, 1995,p.930. Grifo meu. Texto na íntegra disponível em [https://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas47/55\\_JRF.pdf](https://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas47/55_JRF.pdf)

<sup>10</sup> Consultado em 11 nov. 2018 às 22:46. Disponível em <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/Besta-fera/>

<sup>11</sup>SANTOS, Luciano. *O santo, o demônio e a besta fera: modernidade e imaginário apocalíptico no sertão do Seridó. Memória e escatologia em Cruzeta/RN (1950-1970)*. 160f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História), Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.p.35.

<sup>12</sup> Trabalhos mencionados por Raymundo Maués em seu artigo. MAUÉS, Raymundo. O Perspectivismo indígena é somente indígena? Cosmologia, religião, medicina e populações rurais na Amazônia. *Mediações*, Londrina, v. 17 n.1, p. 33-61, Jan./Jun. 2012.

<sup>13</sup>VELHO, Otávio. Capítulo XIV: As perspectivas para o capitalismo autoritário. In: *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. Centro Edelstein, 2009. P.222. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/p8pr7/pdf/velho-9788599662922-15.pdf>. Consultado em 12 nov. 2018 às 17:20.

<sup>14</sup>VELHO, Otávio. *Besta-Fera: recriação do Mundo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p.15.

<sup>15</sup>Carta 1; 15 ago. 1988;p.14.

<sup>16</sup>Carta 1; 15 ago. 1988;p.4.

<sup>17</sup>Carta 1; 15 ago. 1988;p.3.

<sup>18</sup> Para mais detalhes, ver DINO, Flávio. *Direito de greve no Brasil*. São Luís: PPPG, Ed. Universidade Federal do Maranhão, 1991.



- 
- <sup>19</sup> DINO, 1991.p.33.
- <sup>20</sup> MACIEL, David. *De Sarney a Collor:: Reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)*. Goiânia: Funape, 2012.p.82.
- <sup>21</sup> SILVA, SJ. Sindicalismo no setor público. In: *Companheiros servidores: o sindicalismo do setor público na CUT*. São Bernardo do Campo, SP: EdUFABC, 2015. P.45. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092001000200007&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092001000200007&script=sci_abstract&tlng=pt). Consultado em 15 nov.2018. Vale ressaltar que tais dados são apenas dos maiores setores. Na prática, existiam mais.
- <sup>22</sup>SILVA, 2015. P.44.
- <sup>23</sup>MACIEL, 2012. p.86.
- <sup>24</sup>Carta 1; 15 ago. 1988;p.4.
- <sup>25</sup>ARQUIVO NACIONAL. Gabinete Pessoal do Presidente da República. BR.DF.AN.BSB.JF.JSA.1.(Carta 3; 17 mar. 1989;p.2.).
- <sup>26</sup>Carta 3; 17 mar. 1989;p.1.
- <sup>27</sup>Carta 3; 17 mar. 1989;p.2. Grifos meus, sublinhados do autor.
- <sup>28</sup>Carta 1; 15 ago. 1988;p.3. Grifos meus, sublinhados do autor.
- <sup>29</sup> NASCIMENTO, Amauri. *Comentários à lei da greve*. São Paulo: LTr, 1989. p.19.
- <sup>30</sup>Carta 1; 15 ago. 1988;p.3.
- <sup>31</sup>Carta 1; 15 ago. 1988;p.3.
- <sup>32</sup>Para mais detalhes que os seguintes, ver FILHO, Ricardo. *Entre Continuidade e Ruptura: uma narrativa sobre as disputas de sentido da constituição de 1988 a partir do direito de greve*. 2014. 293 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- <sup>33</sup>BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. *Ata da 5ª Reunião da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos*, p.31. Citado em FILHO, 2014.
- <sup>34</sup>FILHO, 2014. p.50.
- <sup>35</sup>BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. *Ata da 7ª reunião da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos*. Brasília. p.65. Citado em FILHO, 2014.
- <sup>36</sup>O texto até o fim da Comissão de Ordem Social tratava com a seguinte redação os serviços essenciais: Art 2º[...] XXIII- greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade e o âmbito de interesses que deverão por meio dela defender, bem como, sobre as providências e garantias asseguradoras da continuidade dos serviços essenciais à comunidade. BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. *Comissão da Ordem Social*, vol 185, Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal, 1987, p.5. Citado em FILHO, 2014.
- <sup>37</sup>Art 4º- São direitos e liberdades coletivos invioláveis: [...] V- A manifestação coletiva. a) É livre a manifestação coletiva em defesa de interesses grupais, associativos e sindicais; b) é livre a paralisação do trabalho, seja qual for a sua natureza e a sua relação com a comunidade, não podendo a lei estabelecer exceções; c) na hipótese de paralisação do trabalho, as organizações de classe adotarão as providências que garantam a manutenção dos serviços indispensáveis à segurança da comunidade; d) os abusos cometidos sujeitam seus responsáveis às penas da lei; e) a manifestação de greve, enquanto perdurar, não acarreta a suspensão dos contratos de trabalho ou da relação de emprego público; f) a lei não poderá restringir ou condicionar o exercício dessa liberdade ao cumprimento de deveres ou ônus, salvo o disposto nas alíneas “c”, “d” e “g” deste inciso; g) o abuso em manifestação de greve acarreta a responsabilidade civil, penal e administrativa; mas em caso algum a paralisação coletiva do trabalho será considerada, em si mesma, um crime. BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. *Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher*. Vol. 66. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987, p.7. Citado em FILHO, 2014.
- <sup>38</sup>BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. *Ata da 14ª reunião da Comissão de Sistematização*, p.363. Citado em FILHO, 2014. Grifos meus.
- <sup>39</sup>FILHO, 2014. p.77.
- <sup>40</sup>Art.10. É livre a greve, vedada a iniciativa patronal, competindo aos trabalhadores sobre a oportunidade e o âmbito de interesses que deverão por meio dela defender.§1º- Na hipótese de greve, serão adotadas providências pelas entidades sindicais que garantam a manutenção dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.§2º Os abusos cometidos sujeitam seus responsáveis às penas da lei. BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. *Comissão de Sistematização. Projeto de Constituição. Segundo Substitutivo do Relator*. Vol. 242, Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987, p.32.Citado em FILHO, 2014.
- <sup>41</sup>FILHO, 2014. p.79.
- <sup>42</sup> Nessas eleições o PMDB elegeu 22 dos 23 governadores, 38 dos 49 senadores, 261 dos 487 deputados federais e 448 dos deputados estaduais. MACIEL, 2012. p.195. Tal vitória eleitoral virou um marco histórico jamais alcançado por outro partido ou mesmo repetido. Esses dados em parte explicam o peso do partido na constituinte que basicamente levou para o texto os conflitos de legenda que ter um partido tão grande carrega.
- <sup>43</sup>Carta 1; 15 ago. 1988;p.18.Grifos do autor.

- 
- <sup>44</sup>Carta 1; 15 ago. 1988;p.4. Grifos do autor.
- <sup>45</sup>Carta 1; 15 ago. 1988;p.5.
- <sup>46</sup>Montoro foi um dos políticos que ingressaram no PSDB após a quebra do PMDB em 1988.
- <sup>47</sup>Carta 4; 23 ago. 1989;p.1. Grifos do autor.
- <sup>48</sup>Carta 5; 12 set. 1989;p.2.
- <sup>49</sup>Carta 1; 15 ago. 1988;p.1.
- <sup>50</sup>Carta 5; 12 set. 1989;pp.2-3.
- <sup>51</sup>Carta 4; 23 ago 1989;pp.2-3.
- <sup>52</sup>Carta 4; 21 ago. 1989;p.2. Grifo do autor.
- <sup>53</sup>MACIEL, 2012. pp.48-61.
- <sup>54</sup>Carta 1; 15 ago. 1988;p.7.
- <sup>55</sup>Carta 5; 12 set. 1989;p.5.
- <sup>56</sup>MACIEL, 2012. p. 227.
- <sup>57</sup>Carta 4; 21 ago. 1989;p.1. Grifo do autor
- <sup>58</sup>Carta 4; 21 ago. 1988;p.4.Grifos meus.
- <sup>59</sup>Luís Guttemberg citado em PANDOLF, Dulce. *Ulysses Silveira Guimarães*. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.
- <sup>60</sup>Carta 1; 15 ago. 1988;p.8.
- <sup>61</sup>Aureliano Chaves Citado em SOUSA, Patrícia. *Antonio Aureliano Chaves de Mendonça*. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.
- <sup>62</sup>Carta 1; 15 ago. 1988;p.6.
- <sup>63</sup>Carta 1; 15 ago. 1988;p.18 Grifos do autor
- <sup>64</sup>Carta 1; 15 ago. 1988;p.20.
- <sup>65</sup>Carta 4; 23 ago 1989;p.6.
- Carta 1; 15 ago. 1988;p.10.
- <sup>67</sup>Carta 4; 23 ago. 1989;p.7.
- <sup>68</sup>PECEGO, Antonio José F. de S.. *Bandido bom é bandido morto!?: Uma frase da década de 80 renasce como ditado popular*. 2016. Disponível em: <<http://emporiadireito.com.br/leitura/bandido-bom-e-bandido-morto-uma-frase-da-decada-de-80-que-renasce-como-ditado-popular>>. Acesso em: 02 nov. 2018.
- <sup>69</sup>HAMBURGUER, Esther. Diluindo fronteiras: A televisão e as novelas no cotidiano. In: NOVAIS, Fernando; SCHWARCZ, Lilia (Orgs.) *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 453.
- <sup>70</sup>DORIA, Palmério. 2012.p.61 Citado em FERREIRA, Jorge. O presidente acidental. In: *O Brasil Republicano: O tempo da Nova República (1985-2016)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- <sup>71</sup>Carta 1, p.12.
- <sup>72</sup>Carta 1; 15 ago. 1988;p.19.
- <sup>73</sup>Gráfico adaptado pela Revista Superinteressante para a reportagem “MITO: Na ditadura militar, as cidades não eram violentas”. A reportagem original, datada de 14/10/2012 pelo Estado de São Paulo se chama “EPIDEMIA: O que 5 décadas de homicídios em São Paulo tem a ensinar- Dos esquadrões ao PCC, 52 anos de violência mataram 130 mil pessoas. Optou-se pelo gráfico adaptado e com anos recentes acrescentados pelo original ocupar duas páginas de jornal (42-43). Tal reportagem (os números e anotações do gráfico inclusos) são de autoria de Bruno Paes Manso, pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da USP. No caso de interesse em ler a reportagem original, o acervo está digitalizado no site do Estadão. Caso apenas deseje ver o contexto discutido, a reportagem está disponível no link: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,dos-esquadrões-ao-pcc-52-anos-de-violencia-mataram-130-mil-pessoas,945059>.
- <sup>74</sup>ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In: NOVAIS, Fernando; SCHWARCZ, Lilia (Orgs.) *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.312.
- <sup>75</sup>ZALUAR, 1998. p.308.
- <sup>76</sup>ZALUAR, 1998. p.273.
- <sup>77</sup>THOMPSON, Edward. *Senhores e caçadores*. São Paulo: Paz e Terra. 1987. p. 354.
- <sup>78</sup>Carta 1; 15 ago. 1988;p.20.
- <sup>79</sup>Carta 1; 15 ago. 1988;p.4.
- <sup>80</sup>Carta 1; 15 ago. 1988;p.11.
- <sup>81</sup>Carta 1; 15 ago. 1988;p.14.
- <sup>82</sup>Carta 4; 23 ago. 1989;p.5.
- <sup>83</sup>MARTINE, G. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. Citado em ZALUAR, 1998. p.269.
- <sup>84</sup>Carta 1; 15 ago. 1988;p.16. Grifos do autor.

---

<sup>85</sup>Carta 1; 15 ago. 1988;p.16. Grifos do autor.

<sup>86</sup> Quantidade citada pela autora na p.308. ZALUAR, 1998.

<sup>87</sup>Carta 1; 15 ago. 1988;p.20.

<sup>88</sup>Carta 1; 15 ago. 1988;p.7.

<sup>89</sup>Carta 1; 15 ago. 1988;p.11.

<sup>90</sup>Carta 5; 12 set. 1989;p.6.

<sup>91</sup>Carta 4; 23 ago. 1989;p.6. Grifos meus.

<sup>92</sup> Posicionamento sistematizado com grande ajuda do livro NOBLAT, Ricardo. *Céu dos Favoritos: O Brasil de Sarney a Collor*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1990. e da entrevista MASCARO, Alysson. Crise e golpe. *Tutaméia*. Entrevista concedida a Eleonora de Lucena e Rodolfo Lucena, 2018. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Z5I6GmOROO> Acesso em 20 nov. 2018